INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

006/2024

Protocolo: 2263/2024

Objeto: Solicitação de Celebração de parceria por meio de termo de fomento- Movimento Independente pelos animais – MIA, conforme Chamada Pública 008/2023.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

PIÊN PREFEITURA

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Equiplano

Processo: 2263 / 2024

2

Requerente: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Contato: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Tel: 4136321015 - agricultura@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Solicitação de celebração de parceria, por meio de termo de fomento - Movimento Independente pelos animais (MIA)

01 de fevereiro de 2024.

Sandrieli Aparecida Ludvinski
Protocolista

500.03n rptProcessoProtocolo

Sandrieli Aparecida Ludvinski 01/02/2024 03:33:19

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Equiplano

Processo: 2263 / 2024

Requerente: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Contato: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Tel: 4136321015 - agricultura@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Solicitação de celebração de parceria, por meio de termo de fomento - Movimento Independente pelos animais (MIA)

01 de fevereiro de 2024.

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Requerente

500.03n rptProcessoProtocolo

Sandrieli Aparecida Ludvinski 01/02/2024 03:33:19

Prefeitura de PIÊN

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3

Órgão requisitante:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Nº requerimento:	002/2024
Data:	22/01/2024

Descrição do objeto a ser comprado/contratado

Solicitação de Inexigibilidade de licitação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%)	Mensal	10

Justificativa:

Considerando o Chamamento Público nº 08/2023 e em atendimento à Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, com fulcro no caput do art. 31, justificamos a referida solicitação para a Celebração de parceria por meio de termo de fomento para repasse de recursos financeiros a Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%), cujo o objetivo é Proteção e Cuidados aos Animais de rua abandonados.

Destaca-se que o projeto a ser executado tem como meta promover o bem-estar animal, acolhendo animais abandonados no Município de Piên, dando assistência médica, encaminhando para tratamento e castrações, encaminhar os animais para lares temporários e posteriormente promover a adoção definitiva, tendo em vista essas metas a parceria será custeada com recursos em conjunto das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e também da Secretaria de Saúde considerando a atuação de vigilância em saúde. Diante dos

Rua Reinaldo de Oliveira Mendes, 486 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1015

supracitados, fica evidenciado que a parceria com a Inclusão e Promoção Social – Despertando Estrelas (ADE), no desenvolvimento e ações, colabora com o interesse público. Ademais, vale ressaltar que a comissão de seleção procedeu com devida análise dos documentos protocolados pela entidade aprovando os mesmos.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X)Não

Em caso afirmativo descrever qual:

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:

Conforme Termo de Referência

Horários:
Conforme Termo de Referência.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Conforme Cronograma de Desembolso apresentado no plano de trabalho e aprovado pela comissão de seleção.

Dotação Orçamentária:

Dotação Orçamentária	Secretaria
07.002.20.606.0008.2017.3.3.50.41.00.00 Conta: 1740 Fonte: 00000	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
11.001.10.301.0014.2034.3.3.50.41.00.00 Conta: 3930 Fonte: 00000	Secretaria de Saúde

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
Alexandre Forteski de Oliveira - Matrícula 4765120
Luciana Lubke – Matrícula 10861 - Suplente

Há licitação em curso para o objeto pretendido? () Sim (X) Não

Em caso afirmativo informar:
a) Nº do processo licitatório
b) Nº do contrato/ata de registro de preços vigente
c) Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços

Rua Reinaldo de Oliveira Mendes, 486 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1015

Luciana Lubke
Fiscal suplente
Matrícula 10861

Carlos Augusto Magon
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Mayara Aparecida de Almeida Grosskopf
Secretária Municipal de Saúde

Rua Reinaldo de Oliveira Mendes, 486 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1015

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Justificativa**
4. **Fonte Orçamentária**
5. **Documentos de Habilitação Técnica**
6. **Local de entrega**
7. **Recebimento e Critério de aceitação**
8. **Acompanhamento e Fiscalização**
9. **Obrigações da contratada**
10. **Obrigações da Contratante**
11. **Infrações e Sanções Administrativas**
12. **Legislação Aplicada**
13. **Vigência**
14. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos ao Movimento Independente pelos Animais– MIA.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%)	Mensal	10

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Considerando o Chamamento Público nº 08/2023 e em atendimento à Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, com fulcro no caput do art. 31, justificamos a referida solicitação para a Celebração de parceria por meio de termo de fomento para repasse de recursos financeiros a Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%), cujo o objetivo é Proteção e Cuidados aos Animais de rua abandonados.

Destaca-se que o projeto a ser executado tem como meta promover o bem-estar animal, acolhendo animais abandonados no Município de Piên, dando assistência médica, encaminhando para tratamento e castrações, encaminhar os animais para lares temporários e posteriormente promover a adoção definitiva, tendo em vista essas metas a parceria será custeada com recursos em conjunto das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e também da Secretaria de Saúde considerando a atuação de vigilância em saúde. Diante dos supracitados, fica evidenciado que a parceria com a Inclusão e Promoção Social – Despertando Estrelas (ADE), no desenvolvimento e ações, colabora com o interesse público. Ademais, vale ressaltar que a comissão de seleção procedeu com devida análise dos documentos protocolados pela entidade aprovando os mesmos.

4. FONTE ORÇAMENTARIA

4.1.

Dotação Orçamentária	Secretaria
07.002.20.606.0008.2017.3.3.50.41.00.00 Conta: 1740 Fonte: 00000	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
11.001.10.301.0014.2034.3.3.50.41.00.00 Conta: 3930 Fonte: 00000	Secretaria de Saúde

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. Conforme Edital do Chamamento Público nº 008/2023

6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. LOCAL: Na Sede da Entidade

6.2. PRAZO: Até a vigência do termo de fomento – 31/12/2024.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os recursos serão repassados conforme cronograma de desembolso e a partir da entrega das prestações de contas mensais, para efeito de verificação em conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;
7.2. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o convênio será paralisado, sendo as demais parcelas não repassadas até sua regularização.
7.3. No caso de reprovação da prestação de contas, a entidade deverá sanar a falha e reapresentar a mesma.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. É designada como Fiscal/Gestor do termo de fomento o servidor:

Alexandre Forteski de Oliveira - Matrícula 4765120

8.3. É designada como Fiscal/Gestor suplente do termo de fomento;

Luciana Lubke – Matrícula 10861

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

9.1. A Convenente obriga-se a:

9.1.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente TERMO DE FOMENTO;

9.1.2. Executar diretamente a integralidade do objeto pactuado na cláusula primeira, na forma e prazo estabelecidos no Plano de Trabalho, somente sendo permitida a contratação de serviços de terceiros caso haja previsão no Plano de Trabalho, ou em virtude de fato superveniente e imprevisto, devidamente justificado, e desde que aprovado pelo **CONCEDENTE;**

9.1.3. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto

9.1.4. Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, bem como de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da CONVENENTE;

9.1.5. Inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, salvo quando o contrato obedecer às normas uniformes para todo e qualquer contratante;

9.1.6. Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despensas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso

9.1.7. Se responsabilizar, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TERMO DE **FOMENTO,** não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, ou qualquer oneração do objeto da parceria ou ainda por qualquer restrição à sua execução

9.1.8. Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

9.1.9. Identificar o número do presente **TERMO DE FOMENTO** no corpo dos documentos de despesas;

9.1.10. Divulgar em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações relativas à parceria celebrada com o poder público;

9.1.11. Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;

9.1.12. Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante contratação de profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, sendo vetada a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

9.1.13. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica da execução dos serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos, diretrizes, ações e atividades dos programas específicos relacionados ao objeto, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela comunidade beneficiária, das benesses inerentes ao objeto conveniado;

9.1.14. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e custos previstos;

9.1.15. Efetuar todas as movimentações relacionadas ao recurso deste **TERMO DE FOMENTO** em conta bancária específica e exclusiva para a execução da parceria objeto do presente instrumento;

9.1.16. Não realizar pagamentos, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.1.17. Não modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

9.1.18. Não realizar despesa em data anterior ao início da vigência da parceria;

9.1.19. Não efetuar pagamento em data posterior ao término da vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Pública;

9.1.20. Não realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;

9.1.21. Não realizar despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

9.1.22. Não realizar despesas com obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

9.1.23. Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes e rendimentos, decorrentes das aplicações correspondentes ao presente **TERMO DE FOMENTO**, bem como, os decorrentes da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, no prazo de 30 (trinta) dias do evento;

9.1.24. Efetuar cotações e pesquisas de preços, em atendimento ao princípio da economicidade, mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 03 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;

9.1.25. Manter-se adimplente com o poder público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter sua regularidade fiscal, perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

9.1.26. Comunicar o **CONCEDENTE** quanto à substituição dos responsáveis pela **CONVENENTE**, assim como alterações em seu estatuto, bem como enviar cópia da ata de eleição do quadro dirigente

atual;

9.1.27. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado com os investimentos decorrentes desta parceria, quando for o caso;

9.1.28. Dispor de atendimento aberto ao público em geral sobre os assuntos relativos aos objetivos desta parceria, sempre prévia e amplamente divulgado através dos meios de comunicação disponíveis;

9.1.29. Informar o Município sobre quaisquer problemas verificados na execução da presente parceria;

9.1.30. Na forma contábil, prestar contas sobre a aplicação dos recursos financeiros, devidamente acompanhada de certidões negativas comprovando sua regularidade fiscal, nos termos da Legislação vigente e conforme Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações;

9.1.31. Atender as recomendações, exigências e determinações do Município e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo;

9.1.32. Aplicar o saldo da parceria, enquanto não empregados em sua finalidade, em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês.

9.1.32. As receitas financeiras auferidas conforme o item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito da parceria e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar dos demonstrativos específicos que integrarão as prestações de contas;

9.1.33. Se responsabilizar, de forma exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

9.1.34. Observar, no que couber, todas as exigências da Lei Federal nº 13.019/14 e na Resolução nº 28/2011-TCE/PR e suas alterações, bem como na Instrução Normativa nº 61/2011-TCE/PR, no que estas não conflitarem a Lei Federal.

10. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

10.1. A Concedente obriga-se a:

10.1.1. Fornecer os recursos para execução do objeto pactuado;

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Fomento;

10.1.3. Emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, considerando inclusive a prestação de contas por parte da CONVENENTE;

10.1.4. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo' com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, em conta bancária específica indicada pela entidade CONVENENTE;

10.1.5. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

10.1.6. Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Piên;

10.1.7. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site da Prefeitura de Piên;

10.1.8. Prorrogar, de ofício, a vigência da presente parceria, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período de atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **CONVENENTE** esteja adimplente com suas obrigações e condições de habilitação;

10.1.9. Avaliar, junto aos representantes da **CONVENENTE,** a execução dos objetivos deste **TERMO DE FOMENTO;**

10.1.10. Atestar, através da Secretaria de Educação, que dispõe de satisfatórias condições físicas e funcionamento

10.1.11. Exigir da **CONVENENTE** a prestação de contas na forma contábil, correspondente à última parcela recebida, de acordo com o cronograma de execução;

10.1.11.1. Havendo pendência da prestação de contas da última parcela liberada, será permitida a liberação da parcela seguinte, conforme previsto no cronograma de execução, apenas no caso de apresentação de justificativa fundamentada e aceita pelo Município;

10.1.12. Comunicar à **CONVENENTE** acerca de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos referentes a presente parceria ou outras pendências de ordem técnica, suspendendo a liberação de recursos pelo prazo estabelecido para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, sendo prorrogável por igual período;

10.1.13. Em caso de não satisfação das pendências de que cogita o item anterior apurar eventuais danos e comunicar o fato à **CONVENENTE** para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

10.1.14. Quando constatada a má aplicação dos recursos públicos que houverem sido transferidos, instaurar a competente Tomada de Contas Especial;

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Conforme o artigo 73 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e nos termos do art. 65 do Decreto Municipal nº 214/2017 quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão Temporária;

III - Declaração de Inidoneidade.

Parágrafo Primeiro. É facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Parágrafo Segundo. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela Organização da Sociedade Civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Parágrafo Terceiro. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

Parágrafo Quarto. A sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.

Parágrafo Quinto. A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Parágrafo Sexto. A condução do processo apuratório administrativo e a aplicação das sanções previstas neste **TERMO DE FOMENTO** e no Decreto Municipal nº 214/2017 serão de competência da Comissão Processante Permanente da Administração Pública Municipal em conjunto com o Secretário Municipal da pasta relacionada à parceria em análise.

12. LEGISLAÇÃO APLICADA

12.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 8.666/93

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 Até 31/12/2024.

Elaborado em 22 de janeiro de 2024

Luciana Lubke
Fiscal de Contrato suplente
Matrícula 10861

Carlos Augusto Magon
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Decreto nº 06/2021

Mayara Aparecida de Almeida Grosskopf
Secretária Municipal de Saúde

14

Organização da sociedade civil: Movimento Independente pelos Animais - MIA

CNPJ: 43.406.722/0001-53

Julgamento das propostas referente chamada publica 008/2023

Critérios de Julgamento	**Metodologia de Pontuação**	**Pontuação Máxima por Item**	**Pontuação da entidade avaliada**
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	4,0	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do **caput** do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	2,0	2,0

(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (2,0) - Grau satisfatório da descrição (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	2,0	2,0
(D) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0	1,0
Pontuação Máxima Global		10,0	9,0

Piên, 20 de dezembro de 2023.

Scheila Fuerst Schroth_____

Marily P. W. Heiden_____

Sandrieli A Ludvinski_____

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

ANEXO VIII
MODELO DE PROPOSTA
Movimento independente pelos animais - MIA

Piên, 08 de Janeiro de 2024

À Comissão de Seleção do Chamamento Público nº008/2023

Senhor (a) Presidente da Comissão:

Pelo presente apresentamos proposta para celebração de parceria com o Município, conforme Chamamento Público nº 008/2023, nos seguintes termos:

a) Promover o bem estar animal, acolhendo animais abandonados, dando assistência médica, encaminhando para as castrações, encaminhando os mesmos para lares temporários, e posteriormente promovendo a adoção definitiva.

b) O MIA-Movimento Independente pelos Animais, tem como missão, defender a causa animal, proporcionando a eles o bem estar animal, defendendo seus direitos, e zelando para que eles sejam respeitados. Fazendo conscientização junto a população, seja ela em palestras ou divulgação nas redes sociais, incentivando a castração tanto dos machos quanto das fêmeas, conscientização e incentivo a adoção temporária através do LT(lar temporário), conscientização e incentivo quanto a importância da vacinação e imunização dos animais, para evitar doenças , e também, busca por novos voluntários. Nestes anos de trabalho, mais de 300 animais já foram encaminhados à adoção definitiva, e mais de 180 animais encaminhados para castração.

c) O Movimento independe pelos animais – MIA auxiliará na melhoria e controle de animais abandonados, melhorando o controle de zoonoses, estimando em aproximadamente 50 adoções responsáveis, aquisição de 15 casinhas, realização de 25 castrações, e vacinação de 40 animais no período. A meta do MIA-Movimento Independente pelos Animais, é continuar prestando assistência aos animais, e garantindo seu direito ao bem estar animal. Continuar os trabalhos de conscientização quanto a castração, encaminhando todos os animais aptos, atendidos pelo MIA, para as castrações, e também, para a adoção definitiva.

d) O Movimento independe pelos animais – MIA possui documentação comprobatória das adoções responsáveis, que são as fichas de responsabilidade, emitida no momento da adoção, com todos os dados do tutor adotante, e que são arquivadas para posterior controle.

e) O Movimento independe pelos animais – MIA pretente obter de receita o valor de R$ 60.000,00, que é o valor disponível na chamada publica 008/2023, e as despesas serão aproximadamente R$ 60.000,00 que serão gastos durante o ano de 2024, com a aquisição de ração, medicamentos, castração, consultas veterinárias, casinhas, canis etc.

f) O Movimento independe pelos animais – MIA estima que o convênio vá durar entre o período de fevereiro à dezembro de 2024.

g) O Movimento independe pelos animais – MIA pretende distribuir o valor mensal nos seguintes itens:

Discriminação	Custo estimado mensal	Total máximo
Material de consumo:		
Ração Saco 25 Kg	R$ 2.205,00	R$ 22.050,00
Casinhas	R$ 225,00	R$ 2.250,00
Roupas cirurgicas	R$ 75,04	R$ 750,38
Medicamentos e vacinas	R$ 1.383,00	R$ 13.830,00
Prestação de serviços de pessoa juridica:		
Castração Femea	R$ 822,63	R$ 8.226,30
Castração Macho	R$ 219,28	R$ 2.192,82
Servicos profissionais PJ Clinica Veterinária	R$ 1.069,98	R$ 10.699,80
Total	**R$ 5.999,93**	**R$ 59.999,30**

h) O Movimento independe pelos animais – MIA pretende, ao final do convênio, fazer o levantamento, de todos os animais que foram possíveis atender, através das fichas de atendimento e as fichas de adoções.

O detalhamento desta proposta dar-se-á no Plano de Trabalho a ser apresentado.

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

CPF: nº 076.455.359-38

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

ANEXO II

OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO REQUERENDO A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

Piên/PR, 18 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em obediência às instruções da Prefeitura Municipal de Piên e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, O Movimento independente pelos animais - MIA pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 43.406.722/0001-53, com sede na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860000, fone para contato: 41 9.9665-4273, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.462, de 20 de Junho de 2022, neste ato representada pela sua diretora , senhora Ketlen Aline Reck, brasileira, estudante, solteira , portadora do RG nº9.110.268-4 , inscrita no CPF sob nº 076.455.359-38, residente e domiciliado na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860-000,encaminha à Vossa Excelência, para apreciação a documentação necessária à celebração de TERMO DE FOMENTO entre O Movimento independente pelos animais - MIA e o Município de Piên, a fim de prestar o atendimento necessário ao animais que estejam em situação de rua, ou maus tratos. Prestando atendimento clinico, e os demais cuidados necessários, até que estes estejam aptos para adoção.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

A Sua Excelência, Sr. Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal de Piên

MIA – Movimento Independente pelos Animais
Avenida Paraná nº 894 - Trigolândia – Piên – PR
Fone 41- 9665-4273

I - IDENTIFICAÇÃO DO ORGÃO OU ENTIDADE:

01-CNPJ 43.406.722/0001-53	02- NOME FANTASIA MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA	03- DATA DE FUNDAÇÃO 30-07-2021
04 – ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA PARANA	05 – Nº 894	06- CADASTRO NA SECRETARIA OU FUNDO SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
07- MUNICIPIO PIÊN	08-CAIXA POSTAL	09-CEP 83.860-000
10-UF PR	11-DDD 41	12-FONE 9.9665-4273
13-FAX	14-EMAIL	15-NOME DO COORDENADOR RESPONSAVEL PELA TRANSFERÊNCIA
16- TELEFONE 41 9 9565-4273	17-EMAIL associacao.mia.pien@gmail.com	18-DADOS DA CONTA BANCÁRIA BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL
[illegible]IA= 4609		
Nº DA CONTA= 00000841-5		

II - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ORGÃO OU ENTIDADE		
19-NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE KETLEN ALINE RECK	20-CPF 076.455.359-38	21-CARGO OU FUNÇÃO PRESIDENTE
22-DATA DA POSSE 31-01-2021	23-DATA DO ENCERRAMENTO DO MANDATO 31-01-2025	24-RG Nº 9.110.268-4
25-ORGÃO EXPEDIDOR SSP PR		

III - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Em 2018 surgiu a vontade e a necessidade de atender animais abandonados e que sofriam de maus tratos, então, na época, a voluntária Ketlen e o voluntário Ludgero, já atendiam, por conta própria alguns animais, [illegible]olhendo, tratando e posteriormente encaminhando esses animais para adoção. O objetivo era dar assistência e retirar da situação de abandono de maus tratos a esses animais que eram abandonados muitas vezes doentes, debilitados, ou até mesmo com ninhadas. Os atendimentos eram feitos em suas próprias casas, e em casas de alguns conhecidos. Com o passar do tempo, os pedidos de ajuda só aumentaram, porém, devido aos recursos muito limitados, não conseguiam atender todos que precisavam de ajuda. Com isso, foi necessário chamar mais voluntários que se identificassem com a causa para ajudar nos trabalhos. Atualmente, o número de voluntários aumentou, porém, os pedidos de ajuda se triplicaram também, sendo cada vez mais difícil oferecer assistência para todos que necessitam de ajuda.

DESCRIÇÃO DO PLANO

Promover o bem estar animal, acolhendo animais abandonados, dando assistência médica, encaminhando para as castrações, encaminhando os mesmos para lares temporários, e posteriormente promovendo a adoção definitiva.

MIA – Movimento Independente pelos Animais
Avenida Paraná nº 894 - Trigolândia – Piên – PR
Fone 41- 9665-4273

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

O MIA-Movimento Independente pelos Animais, tem como missão, defender a causa animal, proporcionando a eles o bem estar animal, defendendo seus direitos, e zelando para que eles sejam respeitados. Fazendo conscientização junto a população, seja ela em palestras ou divulgação nas redes sociais, incentivando a castração tanto dos machos quanto das fêmeas, conscientização e incentivo a adoção temporária através do LT(lar temporário), conscientização e incentivo quanto a importância da vacinação e imunização dos animais, para evitar doenças , e também, busca por novos voluntários. Nestes anos de trabalho, mais de 300 animais já foram encaminhados à adoção definitiva, e mais de 180 animais encaminhados para castração. Pelos motivos citados, a parceria entre o MIA e a Prefeitura Municipal de Piên, é de extrema importância, pois assim, é possível prestarmos um atendimento com mais qualidade e eficiência.

DESTINATÁRIOS DO SERVIÇO – POPULAÇÃO BENEFICIADA

O MIA-Movimento Independente pelos Animais atende a causa animal, em que os mesmos estejam em situação de maus tratos, ou em situação de abandono, no município de Piên.

ESTIMATIVAS E METAS A SEREM ATINGIDAS

A meta do MIA-Movimento Independente pelos Animais, é continuar prestando assistência aos animais, e garantindo seu direito ao bem estar animal. Continuar os trabalhos de conscientização quanto a castração, encaminhando todos os animais aptos, atendidos pelo MIA, para as castrações, e também, para a adoção definitiva. Pretendemos realizar aproximadamente mais 25 castrações, vacinar aproximadamente 40 animais, prestar 50 atendimentos clínicos, e aproximadamente 50 adoções. O movimento também pretende realizar palestras, e continuar as feirinhas de adoções virtuais.

METODOLOGIA DE TRABALHO

O MIA-Movimento Independente pelos Animais trabalha através de visitas nas comunidades, onde há indícios de abandono e maus tratos de animais, com o objetivo de conscientizar as pessoas, ou até mesmo, em casos muito graves, fazer o recolhimento do animal, e posteriormente tomando medidas cabíveis, sendo denuncia e registro de B.O. Também são realizadas palestras em escolas e eventos, apresentando o movimento, com o objetivo de conscientizar a população a respeito do bem estar animal. São realizadas campanhas virtuais de adoção para os animais já aptos a serem encaminhados à lares definitivos, estes animais são transportados pelos voluntários em seus carros particulares, para várias cidades de SC e PR.

IV-CAPACIDADE INSTALADA

Terreno com aproximadamente 15 casinhas e um espaço para deixar os animais recolhidos. O espaço pode abrigar aproximadamente 15 animais no máximo. Além deste espaço fixo, temos lares temporários dos voluntários do MIA, onde são oferecidos abrigo, alimentação e atendimento veterinário.

MIA – Movimento Independente pelos Animais
Avenida Paraná nº 894 - Trigolândia – Piên – PR
Fone 41- 9665-4273

PLANO DE APLICAÇÃO

Discriminação	Custo estimado mensal	Total máximo
Material de consumo:		
Ração Saco 25 Kg	R$ 2.205,00	R$ 22.050,00
Casinhas	R$ 225,00	R$ 2.250,00
Roupas cirurgicas	R$ 75,04	R$ 750,38
Medicamentos e vacinas	R$ 1.383,00	R$ 13.830,00
Prestação de serviços de pessoa juridica:		
Castração Femea	R$ 822,63	R$ 8.226,30
Castração Macho	R$ 219,28	R$ 2.192,82
Servicos profissionais PJ Clinica Veterinária	R$ 1.069,98	R$ 10.699,80
Total	**R$ 5.999,93**	**R$ 59.999,30**

PERIODO DE EXECUÇÃO

Início: Após a liberação dos recursos (previsão Março/2024).
Fim em Novembro/2024.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1ª Parcela Fevereiro/2024 R$ 5.999,93	2ª Parcela Março/2024 R$ 5.999,93	3ª Parcela Abril/2024 R$ 5.999,93	4ª Parcela Maio /2024 R$ 5.999,93	5ª Parcela Junho/2024 R$ 5.999,93
arcela Julho/2024 R$ 5.999,93	7ª Parcela Agosto/2024 R$ 5.999,93	8ª Parcela Setembro/2024 R$ R$ 5.999,93	9ª Parcela Outubro/2024 R$ 5.999,93	10ª Parcela Novembro/2024 R$ 5.999,93

MIA – Movimento Independente pelos Animais
Avenida Paraná nº 894 - Trigolândia – Piên – PR
Fone 41- 9665-4273

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, firma o presente e pede deferimento.

Ketlen Aline Reck

KETLEN ALINE RECK

Diretora do MIA

Piên/PR, 18 de dezembro de 2023.

APROVO O PRESENTE PLANO DE APLICAÇÃO

Maicon Grosskopf

Maicon Grosskopf

Prefeito do Município de Piên-PR

Piên/PR, 22 de janeiro de 2024

Nome Fornecedor: Clinipet Piên Ltda
CNPJ: 48.674.546/0001-54
Endereço: Rua Maceio nº 83
CEP: 83.860-000
Fone: 41 3632-1177

23

ORÇAMENTO: nº04/2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Item	Valor Unit	Qtdade	Item	Total
Antiflamatórios				
Dexametasona 0,5 mg	R$ 0,75	1	Unid	R$ 0,75
Cetoprofeno 5mg	R$ 3,70	1	Unid	R$ 3,70
Carprofeno 44 mg	R$ 5,40	1	Unid	R$ 5,40
Analgésico				
Tramadol 12 mg	R$ 9,90	1	Unid	R$ 9,90
Antibióticos				
Amoxicilina + Clavulanato de Potassio 250mg	R$ 13,50	1	Unid	R$ 13,50
Amoxicilina + Clavulanato de Potassio 50mg	R$ 7,50	1	Unid	R$ 7,50
Enrofloxacina 150mg	R$ 6,65	1	Unid	R$ 6,65
Enrofloxacina 50mg	R$ 2,85	1	Unid	R$ 2,85
Cefalexina 75mg	R$ 3,15	1	Unid	R$ 3,15
Cefalexina 300mg	R$ 5,50	1	Unid	R$ 5,50
Cefalexina 600mg	R$ 8,70	1	Unid	R$ 8,70
Sulfadimetoxina + Dimetridazol	R$ 8,65	1	Unid	R$ 8,65
Doxiciclina 80mg	R$ 2,55	1	Unid	R$ 2,55
Doxiciclina 200 mg	R$ 5,90	1	Unid	R$6,60
Anti Hemetico				
Metoclopramida Solução Oral	R$ 33,00	1	Unid	R$ 33,00
Outros				
Polivitaminico 30 ml	R$ 43,90	1	Unid	R$ 43,90
Pomada Cicatrizante + antifungica 15 gr	R$ 74,90	1	Unid	R$ 74,90
Carboximetilcelilose colirio	R$ 64,90	1	Unid	R$ 64,90
Solucão para infecção de ouvido antibiotica, antifungica e analgesica	R$ 93,20	1	Unid	R$ 93,20
Anti-helmintico até 10 kg	R$ 14,00	1	Unid	R$ 14,00
Roupa cirugica P	R$ 45,00	6	Unid	R$ 270,00
Roupa cirugica M	R$ 52,90	6	Unid	R$ 317,40
Roupa cirurgica G	R$ 63,40	6	Unid	R$ 380,40
Internamento				
Internamento dia util	R$ 65,00	5	Unid	R$ 325,00
Internamento Observação	R$ 65,00	5	Unid	R$ 325,00
Exames				
Hemograma	R$ 39,00	3	Unid	R$ 117,00
Bioquimico (função renal e hepatica)	R$ 100,00	3	Unid	R$ 300,00
Raio-X	R$ 110,00	4	Unid	R$ 440,00
Ultrassonografia	R$ 160,00	3	Unid	R$ 480,00
Ectoparasitas				
Praziquantel 50mg+pirantel 144mg + febantel 150mg	R$ 13,70	1	Unid	R$ 13,70
Febendazol 220 mg + pirantel 144mg + praziquantel 50 mg	R$ 5,50	1	Unid	R$ 5,50
Fipronil spray	R$ 20,00	1	Unid	R$ 20,00
Procedimento com anestesia para atendimentos emergênciais, espinho de ouriço, sutura, limpeza de feridas				
0 a 10 kg	R$ 150,00	2	Unid	R$ 300,00
10 a 20 kg	R$ 220,00	2	Unid	R$ 440,00
20 a 30kg	R$ 250,00	1	Unid	R$ 250,00
Testes rápidos				
Parvovirose	R$ 55,00	4	Unid	R$ 220,00
Cinomose	R$ 60,00	5	Unid	R$ 300,00
Fiv/Felv	R$ 95,00	1	Unid	R$ 95,00
Giardia	R$ 82,00	1	Unid	R$ 82,00
Eutanasia				
Peso médio	R$ 200,00	1	Unid	R$ 200,00
Castração				
Castração Canino Fêmea 0 a 10 kilos	R$ 400,00	1	Unid	R$ 400,00
Castração Canino Fêmea 10 a 20 kilos	R$ 470,00	1	Unid	R$ 470,00
Castração Canino Fêmea 20 a 30 kilos	R$ 560,00	1	Unid	R$ 560,00
Castração Canino Macho 10 a 20 kilos	R$ 275,00	1	Unid	R$ 275,00
Castração Canino Macho 20 a 30 kilos	R$ 315,00	1	Unid	R$ 315,00
Castração Canino Macho 0 a 10 kilos	R$ 245,00	1	Unid	R$ 245,00
Castração Felino Macho	R$ 180,00	1	Unid	R$ 180,00
Castração Felino Fêmea	R$ 300,00	1	Unid	R$ 300,00
Vacinas				
Vacina V10 Importada	R$ 70,00	1	Unid	R$ 70,00
Vacina Raiva Importada	R$ 40,00	1	Unid	R$ 40,00

Validade: 5 meses

Piên, 18 de Dezembro de 2023

Clinipet Piên
CNPJ: 48.674.546/0001-54
Inscrição Estadual: 9097498919
Rua Maceio, Nº 83 Centro Piên PR

Brisa Animal

EMPRESA: Brisa Animal Hospital Veterinario Ltda
Endereço: Rua Germano Brand, 471 – Schramm
Telefone: (47) 3634-0654
Responsável: Talita Gabriela Matthies

ORÇAMENTO

CLIENTE: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA
CNPJ: 43.306.722/0001-53
ENDEREÇO: AVENIDA PARANA, 894 – TRIGOLÂNDIA – PIÊN/PR
CONTATO: (41) 99665-4273

Item	Valor Unit	Quantidade	Total
Antiflamatórios			
Dexametasona 0,5 mg	R$ 1,60	1	R$ 1,60
Cetoprofeno 5mg	R$ 5,25	1	R$ 5,25
Carprofeno 44 mg	R$ 5,50	1	R$ 5,50
Analgésico			
Tramadol 12 mg	R$ 10,00	1	R$ 10,00
Antibióticos			
Amoxicilina + Clavulanato de Potassio 250mg	R$ 14,90	1	R$ 14,90
Amoxicilina + Clavulanato de Potassio 50mg	R$ 9,25	1	R$ 9,25
Enrofloxacina 150mg	R$ 6,75	1	R$ 6,75
Enrofloxacina 50mg	R$ 2,90	1	R$ 2,90
Cefalexina 75mg	R$ 4,90	1	R$ 4,90
Cefalexina 300mg	R$ 9,50	1	R$ 9,50
Cefalexina 600mg	R$ 16,00	1	R$ 16,00
Sulfadimetoxina + Dimetridazol 1000mg	R$ 13,90	1	R$ 13,90
Doxiciclina 80mg	R$ 2,60	1	R$ 2,60
Doxiciclina 200 mg	R$ 6,00	1	R$ 6,00
Anti Hemetico			
Metoclopramida Solução Oral	R$ 35,50	1	R$ 35,50
Outros			
Polivitaminico (suspensão 30ml)	R$ 56,00	1	R$ 56,00
Pomada Cicatrizante + antifungica (15gr)	R$ 122,00	1	R$ 122,00
Carboximetilcelilose colirio	R$ 76,90	1	R$ 76,90
Solucão para infecção de ouvido antibiotica, antifungica e analgesica	R$ 110,90	1	R$ 110,90
Anti-helmintico (cães até 10kg)	R$ 14,50	1	R$ 14,50

Roupa cirugica P	R$ 45,00	6	R$ 270,00
Roupa cirugica M	R$ 55,00	6	R$ 330,00
Roupa cirurgica G	R$ 65,00	6	R$ 390,00
Internamento			
Internamento dia util	R$ 65,00	5	R$ 325,00
Internamento Observação	R$ 65,00	5	R$ 325,00
Exames			
Hemograma	R$ 50,00	3	R$ 150,00
Bioquimico (função renal e hepatica)	R$ 100,00	3	R$ 300,00
Raio-X	R$ 110,00	4	R$ 440,00
Ultrassonografia	R$ 160,00	3	R$ 480,00
Ectoparasitas			
Praziquantel 50mg+pirantel 144mg + febantel 150mg	R$ 14,50	1	R$ 14,50
Febendazol 220 mg + pirantel 144mg + praziquantel 50 mg	R$ 12,90	1	R$ 12,90
Fipronil spray (aplicação)	R$ 20,00	1	R$ 20,00
Procedimento com anestesia para atendimentos emergênciais, espinho de ouriço, sutura, limpeza de feridas			
0 a 10 kg	R$ 150,00	2	R$ 300,00
10 a 20 kg	R$ 220,00	2	R$ 440,00
20 a 30kg	R$ 300,00	1	R$ 300,00
Testes rápidos			
Parvovirose	R$ 60,00	4	R$ 240,00
Cinomose	R$ 70,00	5	R$ 350,00
Fiv/Felv	R$ 120,00	1	R$ 120,00
Giardia	R$ 110,00	1	R$ 110,00
Eutanasia			
Peso médio	R$ 200,00	1	R$ 200,00
Castração			
Castração Canino Fêmea 0 a 10 kilos	R$ 420,00	1	R$ 420,00
Castração Canino Fêmea 10 a 20 kilos	R$ 470,00	1	R$ 470,00
Castração Canino Fêmea 20 a 30 kilos	R$ 560,00	1	R$ 560,00
Castração Canino Macho 10 a 20 kilos	R$ 275,00	1	R$ 275,00
Castração Canino Macho 20 a 30 kilos	R$ 315,00	1	R$ 315,00
Castração Canino Macho 0 a 10 kilos	R$ 245,00	1	R$ 245,00
Castração Felino Macho	R$ 180,00	1	R$ 180,00
Castração Felino Fêmea	R$ 340,00	1	R$ 340,00

VALIDADE: 05 MESES

SÃO BENTO DO SUL, 20 DE OUTUBRO DE 2023

BRISA ANIMAL HOSPITAL VETERINARIO LTDA

CNPJ 09.108.789/0001-73

Nome Fornecedor: Notre Dame Clinica Vet e Pet
CNPJ: 15.321.157.0001/96
Endereço: Av. São Bento n 1193, Bairro Rio Negro
CEP: 89287-350
Fone: (47) 99627-5200 / (47) 3634-3220

ORÇAMENTO: nº 01/2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Item	Valor Unit	Qtdade	Item	Total
Antiflamatórios				
Dexametasona 0,5 mg		1	Unid	R$ 0,00
Cetoprofeno 5mg		1	Unid	R$ 0,00
Carprofeno 44 mg	R$ 5,50	1	Unid	R$ 5,50
Analgésico				
Tramadol 12 mg	R$ 100,00	1	Unid	R$ 100,00
Antibióticos				
Amoxicilina + Clavulanato de Potassio 250mg	R$ 13,60	1	Unid	R$ 13,60
Amoxicilina + Clavulanato de Potassio 50mg	R$ 7,60	1	Unid	R$ 7,60
Enrofloxacina 150mg	R$ 8,50	1	Unid	R$ 8,50
Enrofloxacina 50mg	R$ 3,70	1	Unid	R$ 3,70
Cefalexina 75mg	R$ 3,20	1	Unid	R$ 3,20
falexina 300mg	R$ 7,30	1	Unid	R$ 7,30
falexina 600mg	R$ 8,70	1	Unid	R$ 8,70
Sulfadimetoxina + Dimetridazol	R$ 8,70	1	Unid	R$ 8,70
Doxiciclina 80mg	R$ 4,55	1	Unid	R$ 4,55
Doxiciclina 200 mg	R$6,60	1	Unid	R$6,60
Anti Hemetico				
Metoclopramida Solução Oral	R$ 33,00	1	Unid	R$ 33,00
Outros				
Polivitaminico 30 ml	R$ 59,55	1	Unid	R$ 59,55
Pomada Cicatrizante + antifungica 15 gr	R$ 43,95	1	Unid	R$ 43,95
Carboximetilcelilose colirio	R$ 65,35	1	Unid	R$ 65,35
Solucão para infecção de ouvido antibiotica, antifungica e analgesica	R$ 93,30	1	Unid	R$ 93,30
Anti-helmintico até 10 kg	R$ 48,40	1	Unid	R$ 48,40
Roupa cirugica P	R$ 45,50	6	Unid	R$ 273,00
Roupa cirugica M	R$ 63,30	6	Unid	R$ 379,80
Roupa cirurgica G	R$ 82,00	6	Unid	R$ 492,00
Internamento				
Internamento dia util	R$ 180,00	5	Unid	R$ 900,00
Internamento Observação	R$ 190,00	5	Unid	R$ 950,00
Exames				
Hemograma	R$ 85,00	3	Unid	R$ 255,00
Bioquimico (função renal e hepatica)	R$ 250,00	3	Unid	R$ 750,00
Raio-X	R$ 270,00	4	Unid	R$ 1.080,00
Ultrassonografia	R$ 380,00	3	Unid	R$ 1.140,00
toparasitas				
aziquantel 50mg+pirantel 144mg + febantel 150mg	R$ 33,90	1	Unid	R$ 33,90
ebendazol 220 mg + pirantel 144mg + praziquantel 50 mg		1	Unid	R$ 0,00
Fipronil spray	R$ 244,25	1	Unid	R$ 244,25
Procedimento com anestesia para atendimentos emergênciais, espinho de ouriço, sutura, limpeza de feridas				
0 a 10 kg	R$ 430,00	2	Unid	R$ 860,00
10 a 20 kg	R$ 350,00	2	Unid	R$ 700,00
20 a 30kg	R$ 600,00	1	Unid	R$ 600,00
Testes rápidos				
Parvovirose	R$ 56,00	4	Unid	R$ 224,00
Cinomose	R$ 61,00	5	Unid	R$ 305,00
Fiv/Felv	R$ 103,00	1	Unid	R$ 103,00
Giardia	R$ 83,00	1	Unid	R$ 83,00
Eutanasia				
Peso médio	R$ 380,00	1	Unid	R$ 380,00
Castração				
Castração Canino Fêmea 0 a 10 kilos	R$ 775,00	1	Unid	R$ 775,00
Castração Canino Fêmea 10 a 20 kilos	R$ 975,00	1	Unid	R$ 975,00
Castração Canino Fêmea 20 a 30 kilos	R$ 850,00	1	Unid	R$ 850,00
Castração Canino Macho 10 a 20 kilos	R$ 740,00	1	Unid	R$ 740,00
Castração Canino Macho 20 a 30 kilos	R$ 780,00	1	Unid	R$ 780,00
Castração Canino Macho 0 a 10 kilos	R$ 640,00	1	Unid	R$ 640,00
Castração Felino Macho	R$ 580,00	1	Unid	R$ 580,00
Castração Felino Fêmea	R$ 720,00	1	Unid	R$ 720,00

Validade: 5 meses

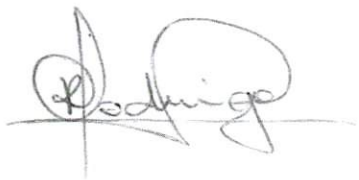
Piên, 15 de dezembro de 2023

Centro Médico Veterinário Notre Dame
CNPJ 12.937.060/0001-14
CIUPKA PET SHOP LTDA ME
47 3634.3220

Agrocomercial Guinta Ltda
CNPJ: 13.992.422/0001-32
Endereço: Avenida Caiobá, nº 98
CEP: 83.860-000 Bairro Trigolândia - Piên- PR
Fone: 41 3632-1077

ORÇAMENTO: nº05/2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Item	Valor Unit	Qtdade	Item	Total
Ectoparasitas				
Febendazol 220 mg + pirantel 144mg + praziquantel 50 mg	R$ 5,50	1	Unid	R$ 5,50



Validade: 5 meses

Piên, 18 de dezembro de 2023

Tureck Veterinária

Tureck Veterinária
CNPJ: = 83.787.127/0001-20
Endereço: Rua do Seminário, 677 - Rio Negrinho - SC
CEP: 89295-000
Fone: 47 3644-2311

ORÇAMENTO: nº01/2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Item	Valor Unit	Qtdade	Item	Total
Dexametasona 0,5 mg	R$ 0,75	1	Unid	R$ 0,75
Cetoprofeno 5mg	R$ 3,80	1	Unid	R$ 3,80

Validade: 5 meses

Piên, 18 de dezembro de 2023

Agropecuária TURECK Ltda
Rua do Seminário, 677 - Centro
Rio Negrinho - SC
Fone: (47) 3644-2311

Nome Fornecedor: Notre Dame Clinica Vet e Pet
CNPJ: 15.321.157.0001/96
Endereço: Av. São Bento n 1193, Bairro Rio Negro
CEP: 89287-350
Fone: (47) 99627-5200 / (47) 3634-3220

ORÇAMENTO: nº 02/2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Item	Valor Unit	Qtdade	Item	Total
Vacina V10 Importada	R$ 70,00	1	Unid	R$70,00
Vacina Raiva Importada	R$ 45,00	1	Unid	R$45,00

Validade: 5 meses

Piên, 15 de dezembro de 2023

Centro Médico
veterinário Notre D
CNPJ 12.937.060/0001-
SOUZA & CURKA PET SHOP L
3634 3220

Nome Fornecedor: Brisa Animal Hospital Veterinário Ltda
CNPJ: 09.108.789/0001-73
Endereço: Rua Germano Brand, 471 - Schramm
CEP: 89280-708
Fone: (47) 3634-0654

ORÇAMENTO nº 04 de 2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Discriminação, principio a	Custo unitário	Quantidade	Itens	Total
Vacina V10 Importada	R$ 70,00	1	UNID	R$ 70,00
Vacina Raiva Importada	R$ 40,00	1	UNID	R$ 40,00

Validade: 4 meses

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2023

Brisa Animal Hosp. Veter. Ltda.
CNPJ 09 108 789/0001-73

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

DECLARAÇÃO

Declaramos que foram orçados os medicamentos que normalmente são utilizados pelo movimento para atendimento ao animais. Foram orçados por unidade, pela dificuldade em precisar qual será o montante a ser utilizado durante o ano.

Conforme estimativa, o movimento destinou R$ 13.830,00 para estes itens.

Piên, 18 de dezembro de 2023

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

Agrocomercial Guinta Ltda
CNPJ: 13.992.422/0001-32
Endereço: Avenida Caiobá, nº 98
CEP: 83.860-000 Bairro Trigolândia - Piên- PR
Fone: 41 3632-1077

ORÇAMENTO: Nº 04
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Discriminação, principio ativo / Serviços	Custo unitário	Qtdade	Itens	Total
Ração Saco de 25 Kg	R$ 128,00	150	UNID	R$ 19.200,00
Total				R$ 19.200,00

Validade: 4 meses

Piên, 15 de dezembro de 2023

Josiane de Fatima Guinta

Agrocomercial DFG Ltda
CNPJ: 29.457.812/0001-42
Endereço: Rod SC 418
CEP: 89.294-800 Bairro Fragosos - Campo Alegre SC
Fone: 41 9.9875-8264

ORÇAMENTO: Nº 05
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Discriminação, principio ativo / Serviços	Custo unitário	Qtdade	Itens	Total
Ração Saco de 25 Kg	R$ 130,00	150	UNID	R$ 19.500,00
Total				R$ 19.500,00

Validade: 4 meses

Piên, 15 de dezembro de 2023



Agropecuária Agro Rural Ltda

Agro Rural Ltda
CNPJ: 52.764.666/0001-10
Endereço: Avenida Brasil nº 106
CEP: 83.860-000 Bairro Centro - Piên- PR
Fone: 41 99529-0538

ORÇAMENTO: nº 03/2023
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Discriminação, principio ativo / Serviços	Custo unitário	Qtdade	Itens	Total
Ração Saco de 25 Kg	R$ 135,00	150	UNID	R$ 20.250,00
Total				R$ 20.250,00

Validade: 04 meses

Piên, 13 de dezembro de 2023

Agrocomercial DFG Ltda

Agrocomercial DFG Ltda
CNPJ: 29.457.812/0001-42
Endereço: Rod SC 418
CEP: 89.294-800 Bairro Fragosos - Campo Alegre SC
Fone: 41 9.9875-8264

ORÇAMENTO: Nº 02-2024
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Discriminação, principio ativo / Serviços	Custo unitário	Total
Casinha Média	R$ 160,00	R$ 160,00
Total		R$ 160,00

Vali : 4 meses

Piên, 12 de Janeiro de 2024

Agrocomercial Guinta Ltda

Agrocomercial Guinta Ltda
CNPJ: 13.992.422/0001-32
Endereço: Avenida Caiobá, nº 98
CEP: 83.860-000 Bairro Trigolândia - Piên- PR
Fone: 41 3632-1077

ORÇAMENTO: Nº 03
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 996654273

Discriminação, principio ativo / Serviços	Custo unitário	Total
Casinha Média	R$ 150,00	R$ 150,00
Total		R$ 150,00

Validade: 4 meses

Piên, 12 de Janeiro de 2024

Josiane de Fatima Guinta

EKS Agropecuária Ltda

EKS Agropecuária Ltda
CNPJ: 53.116.743/0001-98
Endereço: Rua Tocantins 393
CEP: 83.860-000- Bairro Centro- Piên-PR
Fone: 41 9.9560-6039

ORÇAMENTO: Nº 01-2024
Cliente: Movimento Independente pelos Animais - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Endereço: Avenida Paraná, n°894, Trigolândia – Piên/PR
Contato: 41 3632-2380

Discriminação, principio ativo / Serviços	Custo unitário	Total
Casinha Média	R$ 150,00	R$ 150,00
Total		R$ 150,00

Validade: 4 meses

Piên, 12 de Janeiro de 2024

Edésio Hoffi Sorce

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO "MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA"

CAPÍTULO I
Da denominação, os fins e a sede da associação

Art. 1º - Sob a denominação de Associação "Movimento Independente pelos Animais - "MIA", fica constituída esta associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecida pela forma abreviada "MIA", fundada aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, cujo prazo de duração é indeterminado, que se regerá pelo presente estatuto, regimento interno instituído por assembleia geral e pelas normas legais pertinentes, nos termos do artigo 53 e seguintes do código civil brasileiro.

Art. 2° - A sede da associação fica estabelecida na Avenida Paraná, nº 894, Bairro Trigolândia na cidade de Piên – Paraná, CEP 83.860-000, podendo ter filiais em outros bairros e localidades, cidades deste ou de outros estados.

Art. 3° - A Associação "MIA" tem como finalidade o desenvolvimento das seguintes atividades de relevância pública e social:

I - Estimular o amor e o respeito aos animais;
II - Divulgar as leis que protegem os animais;
III -Envidar esforços a fim de dar proteção, assistência a animais abandonados, doentes ou sadios;
IV -Organizar debates, feiras, e demais eventos em prol dos animais;
V - Contribuir para a recolocação de animais em lares sob regime de adoção responsável, com processos de acompanhamento na fase de adaptação;
VI - Promover serviços voluntários;
VII - Colaborar com os órgãos competentes no sentido de aprimorar a VIII- legislação relativa aos direitos dos animais;
IX - Promover campanhas educativas e orientar a população quanto ao respeito e cuidados com os animais;
X - Fiscalizar o cumprimento da legislação relativa aos animais, promovendo as ações judiciais competentes, quando for ocaso;
XI – Dar assistência médico-veterinário aos animais pertencentes à população de baixa renda, inclusive controlando a população animal através de métodos contraceptivos;
XII - Criar e manter abrigo para recolhimento e tratamento de animais abandonados.

Parágrafo Único - A "MIA" terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento e um Ideário, que estabelecerá as diretrizes básicas de sua atuação.

CAPÍTULO II
Dos requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados

Art. 4° - São associados integrantes da associação todos aqueles que concordam com as suas finalidades, classificando-se nas seguintes categorias:

I - Idealizadores, os que serão citados como idealizadores na na ata de fundação;
II - Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da Associação;
III - Beneméritos, aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à Associação;
IV - Honorários, aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados à Associação, por proposta da diretoria à Assembleia Geral;
V - Colaboradores, serão considerados colaboradores os Associados que contribuírem regularmente, tanto para a realização dos objetivos desta Associação, como financeiramente sem compromisso;
VI - Voluntários: serão considerados voluntários os Associados que esporadicamente contribuírem tanto através de serviço prestados como de contribuições financeiras sem compromisso;
VII - Família acolhedora: os associados que se disponibilizarem a serem "lar temporário" para animais carentes.

Art. 5° - Os sócios não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Art. 6° - O candidato a associado preencherá uma proposta mediante preenchimento de ficha de inscrição onde conste a aceitação deste estatuto que, após assinada, será encaminhada à Diretoria, para sua aprovação ou não.

Art. 7° - Será excluído do quadro social, por deliberação da Diretoria, o sócio que:
I - desrespeitar os dispositivos deste estatuto;
II - promover o descrédito da associação ou a desarmonia entre os associados;
III - conduzir-se de maneira inconveniente, de forma a prejudicar o bom andamento dos trabalhos da associação;

§1° - Caberá recurso à Assembleia Geral das decisões da Diretoria, nos casos dos incisos I, II e III, que será convocada pelo Presidente ou 1º e ou 2º Vice-Presidente, por solicitação do sócio excluído.

CAPÍTULO III
Dos direitos e deveres dos associados

Art. 8° São direitos dos associados:
I- participar, votar e ser votado nas Assembleias Gerais;
II- ocupar cargos administrativos, por indicação da Diretoria;
III- ter acesso a toda a documentação da associação;

IV- beneficiar-se das vantagens a serem estabelecidas por deliberação da Diretoria e/ou Assembleia Geral;
V- convocar Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 13;
VI- receber boletins informativos das atividades da associação;
VII- assistir às reuniões da Diretoria;
VIII- apresentar sugestões e reclamações à Diretoria;
IX- propor a admissão de novos associados.

§ 1° - Membros voluntários, beneméritos e honorários não terão direito a voto não poderão ser votados e nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

§2º - Para participar das assembleias gerais, o associado deverá integrar o quadro social a, no mínimo, seis meses e estar em dia com suas obrigações sociais estabelecidas no regimento interno.

§3° - Para se candidatar a cargos da diretoria, o sócio deverá integrar o quadro social a, no mínimo, 6 meses, ser maior de 18 anos, estar em dia com suas obrigações sociais e ter participado ativamente das ações da associação.

§4° - O sócio pessoa jurídica terá direito a um só voto nas Assembleias Gerais.

§5° - Os sócios até 18 (dezoito) anos não gozarão dos direitos de que tratam os incisos I, II, IV, V e VII.

Art. 9° - São deveres dos associados:
I - cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as deliberações da Diretoria e da Assembleia;
II - participar ativamente de ações em prol dos animais e da Associação "MIA";
III - cooperar para o fortalecimento da causa da proteção aos animais;
IV - zelar pelo bom nome da associação e colaborar para a consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO IV
Das fontes de recursos para sua manutenção

Art. 10 - Os recursos para manutenção da Associação advirão de:

I - recursos financeiros, subvenções e contribuições para o custeio de suas atividades;
II - entre as diversas formas para obter recursos sendo permitida a celebração de contratos, convênios e termos de parcerias;
III - recebimento de doações de ração para cães e gatos, medicamentos de uso humano e veterinário, materiais de limpeza (sabão em pó ou em pedra, água sanitária, desinfetante, detergente, vassouras e rodos, creolina, sapólio, etc.),
IV - promoção de eventos e ações com fins de levantamento de recursos específicos,

VI - campanhas para arrecadação de tampinhas de plástico, latinhas de alumínio de refrigerante e cerveja que serão ser vendemos para adquirir ração e insumos em geral necessários para dar andamento às atividades;

CAPÍTULO V
DA DIREÇÃO
Seção I – Da Assembleia Geral

Art. 11 - A Assembleia Geral é soberana nas suas deliberações e será convocada ordinária e extraordinariamente.

Art. 12 - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente:

I) anualmente, na 2ª quinzena de março, para:

a) apreciação do relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior e da prestação de contas da Diretoria;
b) apreciação da proposta orçamentária apresentada pela Diretoria para o período seguinte;
c) fixação de valor máximo relativo a dívidas e despesas extra-orçamentárias que a Diretoria pode autorizar sem prévia consulta à Assembleia Geral.

II) Quadrienalmente, na 2ª quinzena de março, com o fim de eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal.

§1°- A prestação de contas deverá estar acompanhada de parecer do Conselho Fiscal.

§2° - A Assembleia Geral Ordinária também poderá deliberar sobre outros assuntos de interesse da associação.

Art. 13 - Sempre que se julgar necessário, poderá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária:

a) pelo Presidente;
b) pelo 1º e ou 2º Vice-Presidente;
c) por, no mínimo, três membros da Diretoria;
d) por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos sócios.

Art. 14 - As convocações para as Assembleias Gerais deverão ser feitas através de correspondência enviada aos sócios (pelo correio ou por meio virtual) e afixação de edital em lugar bem visível da sede social.
§1° - Do edital de convocação deverão constar, obrigatoriamente, o local de realização da Assembleia Geral, os horários das 1ª e 2ª convocações e a pauta dos assuntos a serem tratados.
§2°- A correspondência para os sócios deverá ser enviada até sete dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral.

Art. 15 - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, reunir-se-ão, em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios e, em 2ª convocação, meia hora depois, com qualquer número, ressalvado o disposto nos artigos 16 e 45.

Art. 16 - Somente com a presença da maioria absoluta dos sócios regularmente inscritos, em 1ª convocação ou com a presença de, pelo menos 1/3 (um terço) desses mesmos sócios, nas demais convocações, poderá a Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, deliberar sobre:

a) aquisição, gravação, cessão, empréstimo ou alienação de bens imóveis;
b) alteração do presente estatuto;
c) destituição da Diretoria e ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Não havendo quórum necessário, na 1ª convocação, as convocações seguintes serão feitas com intervalo não superior a 3 (três) semanas em relação à convocação anterior, até que o quórum mínimo de 1/3 (um terço) seja atingido, devendo ser encaminhada aos associados, para cada convocação, nova correspondência.

Art. 17 - As deliberações das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão tomadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes, excetuado o disposto nos artigos 16 e 45.

Parágrafo Único – Na hipótese do artigo 16, as deliberações serão tomadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral.

Art. 18 - Os sócios poderão participar das Assembleias Gerais, vedada a participação por procuração.

Art. 19 - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente, à exceção da Assembleia Geral Ordinária que for eleger a nova Diretoria, a qual será presidida por qualquer dos sócios presentes, escolhidos, na ocasião, por maioria simples de votos.

Seção II – Da Diretoria

Art. 20 - A associação será administrada pela Diretoria, composta dos seguintes membros:
- Presidente
- 1º Vice-Presidente
- 2º Vice-Presidente
- 1º Secretário
- 2º Secretário
- 1º Tesoureiro
- 2º Tesoureiro

§ 1º - Os membros da Diretoria não receberão remuneração de qualquer espécie.

Art. 21 - Os membros da Diretoria serão eleitos, quadrienalmente, pela Assembleia Geral Ordinária, convocada especificamente para este fim, podendo ser reeleitos.
Parágrafo Único - Não poderão candidatar-se a cargos na Diretoria pessoas que pratiquem a exploração comercial de animais ou qualquer outro tipo de atividade envolvendo animais que conflitem com os princípios éticos e com os objetivos previstos neste estatuto.

Art. 22 - A posse da Diretoria será efetuada no mesmo dia da eleição, logo após apuração dos votos.

Art. 23 - A Diretoria reunir-se-á quinzenalmente ou sempre que ser fizer necessário e exercerá o seu mandato regulando seus atos pelo presente Estatuto e pelo Regimento Interno que vier a ser elaborado.
Parágrafo Único - o "quorum" para decisões da diretoria será de 3 (três) membros; em caso de empate, o presidente terá o voto de qualidade.

Art. 24 - Ocorrendo vacância de algum cargo da Diretoria em prazo superior a 6 (seis) meses do término de sua gestão, será convocada Assembleia Geral Extraordinária para eleição de um novo ocupante do cargo, pelo tempo restante do mandato.

Parágrafo único - Se a vacância ocorrer em prazo igual ou inferior a 6 (seis) meses, o cargo permanecerá vago, sendo ocupado, cumulativamente, por qualquer um dos membros da Diretoria.

Art. 25 - Será exonerado de seu cargo, por decisão da maioria da Diretoria:

a) o Diretor que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, num período de 12 (doze) meses contados a partir de 1°de abril, sem que tenha apresentado justificativa ou, tendo, que a justificativa não tenha sido aceita;
b) o Diretor que desrespeitar este Estatuto ou não acatar as deliberações da Diretoria ou da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Caberá recurso para a Assembleia Geral da decisão da Diretoria de que trata este artigo, devendo a assembleia ser convocada pelo Presidente, caso o solicite o Diretor exonerado.

Art. 26 - Compete à Diretoria:
a) administrar a associação, coordenando as atividades dos diferentes departamentos;
b) criar novos departamentos;
c) elaborar o Regimento Interno da Associação;
d) criar e instalar filiais;
e) aprovar novos sócios;
f) credenciar fiscais;

g) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as suas próprias deliberações e as da Assembleia Geral;
h) manter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio da associação;
i) estabelecer contratos, convênios e intercâmbios com outros órgãos públicos ou privados;
j) selecionar chefes de departamentos e empregados em geral e decidir quanto a sua destituição;
k) outorgar vantagens aos sócios regularmente inscritos com suas contribuições sociais;
l) fixar a remuneração dos empregados e de pessoal contratado, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia I;
m) autorizar assunção de dívidas ou efetivação de despesas extra-orçamentárias dentro do limite fixado pela Assembleia Geral Ordinária;
n) fixar valores relativos à "caixa pequena" e ao limite mínimo para depósito em conta corrente bancária conforme previsto no artigo 30, parágrafo único;
o) preparar proposta orçamentária para submeter à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 27 - Compete ao Presidente:
a) representar a associação, em todos os seus atos, em juízo ou fora dele e em suas relações com os poderes públicos e privados;
b) convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as reuniões de Diretoria, observado o disposto no artigo 19;
c) controlar, coordenar e supervisionar toda a administração da associação;
d) assinar toda a correspondência expedida pela associação;
e) autorizar despesas extra-orçamentárias, dentro do limite fixado pela Assembleia Geral Ordinária, "ad referendum" da Diretoria;
f) apresentar, à Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, relatório das atividades da Diretoria e prestação de contas;
g) assinar cheques e ordens de pagamento, bem como efetuar depósitos bancários e aplicações financeiras, em conjunto com o Tesoureiro;
h) assinar, juntamente com o Secretário-geral, as atas das assembleias gerais e das reuniões da Diretoria;
i) assinar termos de abertura e encerramento dos livros da associação e rubricar-lhes as folhas.

Art. 28 - Compete ao 1º e 2º Vice-Presidente cooperar com o Presidente em todas as suas incumbências e substituí-lo em seus impedimentos.
Parágrafo Único - os Vice-Presidentes poderão cumular o seu cargo com a chefia de um departamento, exceto o departamento de abrigo e assistência veterinária.

Art. 29 - Compete ao 1º e 2º Secretário:
a) proceder à lavratura e leitura das atas das assembleias gerais e das reuniões da Diretoria;
b) convocar os sócios para as assembleias gerais providenciando, inclusive, a publicação dos editais;

c) expedir convites para sócios ou terceiros, por solicitação da Diretoria ou do Presidente, para participar de Assembleia Geral, reunião da Diretoria ou qualquer evento;
d) atender ao expediente da associação;
e) manter em dia a correspondência social;
f) organizar o arquivo da associação;
g) representar a associação nos casos de impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente;
h) administrar o quadro de funcionários e pessoal contratado;
i) providenciar e controlar as compras e o almoxarifado.

Art. 30 - Compete ao 1º e 2º Tesoureiro:
a) guardar todos os valores da associação assim como a documentação correspondente;
b) abrir conta correntes em bancos e efetuar aplicações financeiras, em conjunto com o Presidente;
c) fazer todas as operações de recebimentos, cobranças, pagamentos, depósitos e retiradas de dinheiro, devendo os cheques, ordens de pagamento e depósitos bancários serem assinados em conjunto com o Presidente;
d) apresentar, trimestralmente, balancete à Diretoria;
e) manter a escrituração contábil de acordo com a legislação pertinente, podendo ser assessorado por profissional legalmente habilitado;
f) preparar o balanço anual para ser submetido à Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Único - Poderá ser mantido em "caixa pequena", para atendimento à pequenas despesas, importância a ser estabelecida pela Diretoria, devendo o excedente acima de valor também fixado pela Diretoria, ser depositado em conta-corrente bancária.

Seção III – Dos Departamentos

Art. 31 - A Diretoria será assessorada em seu trabalho pelos seguintes departamentos:
- Departamento de Abrigo e Assistência Veterinária
- Departamento Jurídico e de Fiscalização
- Departamento Educativo
- Departamento de Comunicação e Eventos

§1° - O chefe do Departamento de Abrigo e Assistência Veterinária será o Diretor Técnico.
§2° - A Diretoria poderá criar outros departamentos que se fizerem necessários.

Art. 32 - A chefia de departamento poderá ser exercida, voluntariamente, por qualquer sócio que se apresentar e for aceito pela Diretoria.

Art. 33 - São funções do Departamento de Abrigo e Assistência Veterinária:
a) recolher e receber animais abandonados, proporcionando-lhes abrigo e assistência veterinária e eutanásia, quando for ocaso;
b) estimular a adoção e fiscalizar os animais abrigados, vedada, em qualquer hipótese, a sua venda;

c) manter clínica veterinária para atendimento, preferencialmente, aos animais de propriedade da população de baixa renda;
d) proporcionar, preferencialmente à população de baixa renda, a utilização de métodos contraceptivos, com vistas a evitar a superpopulação de cães e gatos.

Parágrafo único - Os atendimentos na cínica veterinária serão cobrados mediante preços fixados em tabela elaborada pela Diretoria, permitida a dispensa do pagamento no casos de comprovada pobreza do tutor do animal.

Art. 34 - São funções do Departamento Jurídico e de Fiscalização:
a) acompanhar toda a legislação de interesse para a causa dos animais, mantendo arquivo atualizado da mesma;
b) assessorar a Diretoria em todas as questões relativas à legislação de interesse para os animais;
c) proceder estudos com vistas ao aperfeiçoamento das leis que tratem de questões que afetem os animais;
d) orientar pessoas que recorram à associação com problemas relativos a animais;
e) apurar denúncias de maus tratos aos animais e adotar as medidas cabíveis;
f) propor a abertura de ações judiciais e acompanhá-las;
g) recrutar, selecionar e treinar fiscais.

Art. 35 - São funções do Departamento Educativo:
a) promover campanhas sobre temas específicos ou gerais de proteção animal;
b) organizar exposições, visitas a escolas, espetáculos e outros eventos de caráter informativo e educativo;
c) elaborar cartilhas, folhetos e jornais informativos.

Art. 36 – São funções do Departamento de Comunicação e Eventos:
a) contatar com os meios de comunicação com vistas à divulgação da própria associação e dos trabalhos executados pelos diferentes departamentos;
b) divulgar material elaborado pelos departamentos;
c) promover eventos com vistas a aumentar o quadro social e o número de voluntários e angariar fundos para a associação;
d) contatar com entidades públicas e privadas com vistas a obter recursos e patrocínios;
e) elaborar o Boletim Informativo para distribuição interna entre os associados.

Seção IV – Do Conselho Fiscal

Art. 37 - O Conselho Fiscal será formado de 3 (três) membros e 2 (dois) suplentes, sendo eleitos juntamente com a Diretoria e com mandato por igual período, podendo ser reeleitos.
Parágrafo Único – Os membros do Conselho Fiscal não receberão remuneração de qualquer espécie, aplicando-se aos membros, as restrições previstas no parágrafo único do artigo 21.

Art. 38 - Incumbe ao Conselho Fiscal:

a) fiscalizar os serviços da Tesouraria;
b) examinar balancetes e dar parecer por escrito;
c) dar parecer por escrito sobre a prestação de contas da Diretoria e do balanço anual;
d) assessorar a Diretoria na elaboração da proposta orçamentária;
e) sugerir medidas para o equilíbrio da situação financeira da associação;
f) verificar o exato cumprimento das disposições deste Estatuto e das deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral.

Art. 39 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente para apreciação dos balancetes dos três meses imediatamente anteriores.

I - A prestação de contas da Instituição observará, no mínimo:
a) Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objetivo de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

e) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Art. 40 - O Conselho Fiscal deverá comparecer à reunião de Diretoria para apresentação do seu parecer relativamente aos balancetes trimestrais e balanço anual.
Parágrafo único – Os membros do Conselho Fiscal poderão comparecer a qualquer outra reunião de Diretoria, a convite ou por seu próprio interesse.

Art. 41 - O Conselho Fiscal somente poderá reunir-se com a presença de todos os membros.
Parágrafo único – Perderá o cargo o conselheiro que motivar a remarcação da reunião do Conselho Fiscal por mais de duas vezes consecutivas sem justificativa aceitável, a critério da Diretoria.

CAPÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 42 - O patrimônio social será constituído de bens imóveis, móveis, semoventes, valores mobiliários e dinheiro.

Parágrafo Único – Os semoventes que estiverem sob a guarda da associação não serão objeto, em qualquer hipótese, de transação comercial.

Art. 43 - As rendas da associação serão constituídas de:
a) legados, doações, subvenções, produtos de campanhas;
b) produto da venda de artigos alusivos à finalidade da associação;
c) receita de prestação de serviços;
d) contribuição dos sócios;
e) aluguéis, dividendos e outras rendas originárias do patrimônio.

Art. 44 - Os imóveis não poderão ser cedidos a título gratuito a quem quer que seja sob qualquer hipótese.
Parágrafo Único - Em caso de locação, os contratos deverão obedecer as normas legais vigentes à época e os valores deverão obedecer aos correntes no mercado.

Art. 45 - A alienação de bens móveis no valor superior a R$1.000,00 (hum mil reais) deverá ser submetida à deliberação da diretoria.

CAPÍTULO V
DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 46 - A associação poderá ser dissolvida por deliberação da maioria absoluta dos sócios presentes à Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim, a qual só poderá ser realizada com a presença de, no mínimo ¾ (três quartos) dos sócios regularmente inscritos.
§1° - não obtido o quórum de três quartos, será feita nova convocação, para 30 (trinta) dias após a 1ª convocação, em que o quórum necessário será de 2/3 (dois terços) dos sócios regularmente inscritos.
§2° - persistindo a falta de quórum, será feita uma terceira convocação, para 30 (trinta) dias após a segunda convocação, em que se poderá deliberar com qualquer número dos sócios regularmente inscritos.
§3° - Todas as convocações deverão obedecer ao disposto no artigo 14.

Art. 47 - O patrimônio da associação será transferido para outra entidade protetora de animais escolhida, por maioria simples de votos, pela mesma Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48 - A primeira Diretoria e o primeiro Conselho Fiscal serão eleitos na Assembleia Geral de fundação, aprovação de estatuto, eleição e posse da mesa diretora e conselho fiscal.

Art. 49 - Durante o primeiro período de gestão, caberá à primeira Diretoria eleita, juntamente com o Conselho Fiscal, promover a captação de recursos e efetuar

as despesas que se fizerem necessárias, independentemente de prévia proposta orçamentária.

Art. 50 - Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Diretoria "ad referendum" da Assembleia Geral.

PIEN-PR

Ketlen Aline Reck
Ketlen Aline Reck
CPF 076.455.359-38
Presidente

Daiana dos Santos
Daiana dos Santos
CPF 077.352.289-10
1° Vice-Presidente

Ludgero Wotroba Mandrik
Ludgero Wotroba Mandrik
CPF 029.905.359-85
2° Vice-Presidente

Gisseli da Cruz
Gisseli da Cruz
CPF 041.808.249-90
1ª Secretária

Gabrielle Liebl
Gabrielle Liebl
CPF 107.247.569-30
2ª Secretária

Patrício Florenciano Diaz
Patricio Florenciano Diaz
CPF 037.613.619-71
1° Tesoureiro

Giovanna Mendes Domingos
Giovanna Mendes Domingos
CPF 089.250.909-02
2ª Tesoureira

Priscila Bopp Salim
Priscila Bopp Salim
CPF 081.440.179-19
Conselheira Fiscal

Denise Ap. Forteski Cordeiro
Denise Aparecida Forteski Cordeiro
CPF 069.499.709-94
Conselheira Fiscal

Marly Ferreira de Melo Coelho
Marly Ferreira de Melo Coelho
CPF 024.568.949-44
Conselheira Fiscal

Amanda de F. Ptaszek
Amanda de Fátima Ptaszek
CPF 092.842.599-16
Conselheira Fiscal Suplente

Mauricio da Cruz
Mauricio da Cruz
Advogado
OAB/PR 49376

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN
Rua Bahia, 181, sala 01 - Centro - Piên - Paraná - Tel.: (41) 3632-2488
consulte selo digital em: www.funarpen.com.br

1810524CVAA000000046172121

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: KETLEN ALINE RECK do que dou fé. Em test° _____ da verdade.

Piên, 08 de julho de 2021

Kassiane Roberta Melenek - Escrevente

CARTÓRIO DISTRITAL DE PIÊN-PR
Rua Bahia, 181 Sala 01 - Centro
(41) 3632-2488
COMARCA DE RIO NEGRO/PR

Apresentado em 30/07/2021
Protocolo nº **0027603**
Registrado sob nº **0004435**
fls. **147, Livro nº A-059**
de Registro de Pessoas Jurídicas
Rio Negro (PR), 30 de julho de 2021

Eliane Cristina Leski Matoso
Substituta

CARMEN L. BLEY MARTINS
Oficial
Registro Civil, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
ELIANE CRISTINA LESKI MATOSO
Substituta
Avenida Saturnino Olinto, 1945
Rio Negro - Estado do Paraná
Cep 83880-000 Tel/Fax:(0xx47)3642-5015

Selo de Autenticidade
nº1810546PJAA00000000015821G

Consulte esse selo em
http://horus.funarpen.com.br/consulta

51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
43.406.722/0001-53 MATRIZ		30/07/2021

NOME EMPRESARIAL
MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MIA	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV PARANA	894	*******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.860-000	TRIGOLANDIA	PIEN	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MIA.DE.PIEN@GMAIL.COM	(41) 9665-4273

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	30/07/2021

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/11/2023** às **16:11:40** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
" MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA"

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um (31-jan-2021) às quinze horas (15h00min) reuniram-se na Praça da Paz, localizada no Centro do Município de Piên, Estado do Paraná. Reunira-se na qualidade de fundadores os srs (a): **Ketlen Aline Reck**, brasileira, estado civil solteira, estudante, portadora do R.G. nº 9.110.268-4 SSP-PR, inscrita no CPF: 076.455.359-38, residente e domiciliada no endereço Avenida Paraná nº 894, bairro Trigolândia, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Daiana dos Santos**, brasileira, estado civil solteira, servidora pública, portadora do R.G. nº 584.146-7 SSP-SC, inscrita no CPF: 077.352.289-10, residente e domiciliada no endereço Rua Carlos Weiss, s/nº, bairro Poço Frio, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Ludgero Wotroba Mandrik**, brasileiro, estado civil divorciado, Locutor, portador do R.G. nº 8.307.865-0 SSP-PR, inscrito no CPF: 029.905.359-85 residente e domiciliado no endereço Rua Jorge Cavalheiro, s/n, bairro Campina dos Crespins, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Gisseli da Cruz**, brasileira, estado civil casada, cirurgiã-dentista, portadora do R.G. 6.853.095-4 SSP-PR, inscrita no CPF: 041.808.249-90 residente e domiciliada no endereço Rua São Paulo nº 56, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Gabrielle Liebl**, brasileira, estado civil solteira, Designer, portadora do R.G. 5.344.567 SSP-SC, inscrita no CPF: 107.247.569-30 residente e domiciliada no endereço Rua Aviador Harry Bollmann nº 390, Apartamento 5, bairro Rio Negro, no município de São Bento do Sul – Santa Catarina, CEP: 89287-390; **Patricio Florenciano Diaz**, brasileiro, estado civil casado, cirurgião-dentista, portador do R.G. 7.979.296-9 SSP-PR, inscrito no CPF: 037.613.619-71, residente e domiciliado no endereço Rua São Paulo nº 56, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Giovanna Mendes Domingos**, brasileira, estado civil solteira, Publicitária, portadora do R.G. 10.464.495-3 SSP-PR, inscrito no CPF: 089.250.909-02 residente e domiciliada no endereço Rua Tocantins nº 557, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Denise Aparecida Forteski Cordeiro**, brasileira, estado civil casada, Analista Financeiro, portadora do R.G. 10.771.476-6 SSP-PR, inscrita no CPF: 069.499.709-94 residente e domiciliada no endereço Rua Manaus nº 405, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Priscila Bopp Salim**, brasileira, estado civil solteira, autônoma, portadora do R.G. 12.313.835-0 SSP-PR, inscrita do CPF: 081.440.179-19, residente e domiciliada no endereço Rua João Pessoa nº 439, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Marly Ferreira de Melo Coelho**, brasileira, estado civil Casada, Manicure, portadora do R.G. 7.931.270-3 SSP-PR, inscrita no CPF: 024.568.949-44 residente e domiciliada no endereço Rua Espirito Santo nº 361, Casa 3, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000; **Amanda de Fátima Ptaszek**, brasileira, estado civil solteira, empresária, portadora do R.G. 14.653.252-7 SSP-PR, inscrita no CPF: 092.842.599-16, residente e domiciliada no endereço Rua Principal, s/nº, bairro Gramados, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000, relacionados em lista anexa e os demais, que assinam a lista de presenças, como convidados, tendo por finalidade,

única e exclusiva, fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

Para presidir os trabalhos, foi indicada, por aclamação, **Ketlen Aline Reck**, que escolheu a mim, **Gisseli da Cruz** para secretariá-la. Com a palavra, a Sra. Presidente enfatizou a necessidade de se constituir uma associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes junto ao Poder Publico e à iniciativa privada.

Em seguida, submeteu a votação, proposta de denominação social e de endereço para a instalação da sede da entidade, já previamente discutidos, que foi imediatamente aprovado por unanimidade, da seguinte forma: **Movimento Independente pelos Animais – MIA, estabelecida na Avenida Paraná, nº 894, Bairro Trigolândia na cidade de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.**

Ainda com a palavra, a Sra. Presidente distribuiu aos presentes, cópias do estatuto social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual, após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado, por unanimidade, e segue em anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente constituída a associação.

Em ato contínuo, a Sra. Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva, apresentando à Assembléia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a contagem dos votos, presenciado por todos, ficou a Diretoria Executiva composta da seguinte forma:

DIRETORIA EXECUTIVA

Ketlen Aline Reck

Presidente: Ketlen Aline Reck, brasileira, estado civil solteira, estudante, portadora do R.G. nº 9.110.268-4 SSP-PR, inscrita no CPF: 076.455.359-38, residente e domiciliada no endereço Avenida Paraná nº 894, bairro Trigolândia, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Daiana P. dos Santos

1º Vice-Presidente: Daiana dos Santos, brasileira, estado civil solteira, servidora pública, portadora do R.G. nº 584.146-7 SSP-SC, inscrita no CPF: 077.352.289-10, residente e domiciliada no endereço Rua Carlos Weiss, s/nº, bairro Poço Frio, no municipio de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Ludgero Wotroba Mandrik

2º Vice-Presidente: Ludgero Wotroba Mandrik, brasileiro, estado civil divorciado, Locutor, portador do R.G. nº 8.307.865-0 SSP-PR, inscrito no

CPF: 029.905.359-85, residente e domiciliado no endereço Rua Jorge Cavalheiro, s/n, bairro Campina dos Crespins, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Gisseli da Cruz

1º Secretária: Gisseli da Cruz, brasileira, estado civil casada, cirurgiã-dentista, portadora do R.G. 6.853.095-4 SSP-PR, inscrita no CPF: 041.808.249-90, residente e domiciliada no endereço Rua São Paulo nº 56, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Gabrielle Liebl

2º Secretária: Gabrielle Liebl, brasileira, estado civil solteira, Designer, portadora do R.G. 5.344.567 SSP-SC, inscrita no CPF: 107.247.569-30, residente e domiciliada no endereço Rua Aviador Harry Bollmann nº 390, Apartamento 5, bairro Rio Negro, no município de São Bento do Sul – Santa Catarina, CEP: 89287-390.

Patrício Florenciano Diaz

1º Tesoureiro: Patricio Florenciano Diaz, brasileiro, estado civil casado, cirurgião-dentista, portador do R.G. 7.979.296-9 SSP-PR, inscrito no CPF: 037.613.619-71, residente e domiciliado no endereço Rua São Paulo nº 56, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Giovanna Mendes Domingos

2º Tesoureiro: Giovanna Mendes Domingos, brasileira, estado civil solteira, Publicitária, portadora do R.G. 10.464.495-3 SSP-PR, inscrita no CPF: 089.250.909-02, residente e domiciliada no endereço Rua Tocantins nº 557, bairro Centro, no munícipio de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

CONSELHO FISCAL

Denise Ap. Forteski Cordeiro

Conselheira Fiscal: Denise Aparecida Forteski Cordeiro, brasileira, estado civil casada, Analista Financeiro, portadora do R.G. 10.771.476-6 SSP-PR, inscrita no CPF: 069.499.709-94, residente e domiciliada no endereço Rua Manaus nº 405, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Priscila Bopp Salim

Conselheira Fiscal: Priscila Bopp Salim, brasileira, estado civil solteira, autônoma, portadora do R.G. 12.313.835-0 SSP-PR, inscrita do CPF: 081.440.179-19, residente e domiciliada no endereço Rua João Pessoa nº 439, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Kitlen Giovanna Gabrielle Priscila Mauricio da Cruz

Conselheira Fiscal: Marly Ferreira de Melo Coelho, brasileira, estado civil Casada, Manicure, portadora do R.G. 7.931.270-3 SSP-PR, inscrita no CPF: 024.568.949-44, residente e domiciliada no endereço Rua Espirito Santo nº 361, Casa 3, bairro Centro, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

Conselheira Fiscal Suplente: Amanda de Fátima Ptaszek, brasileira, estado civil solteira, empresária, portadora do R.G. 14.653.252-7 SSP-PR, inscrita no CPF: 092.842.599-16, residente e domiciliada no endereço Rua Principal, s/nº, bairro Gramados, no município de Piên – Paraná, CEP: 83860-000.

E, por fim, a Sra. Presidente da posse aos eleitos, para a gestão de: 31-01-2021 a 31-01-2025, passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembléia geral, determinando a mim, que servi como secretária, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim e pela Sra. Presidente e por todos os eleitos, como sinal de sua aprovação.

Piên, 31 de Janeiro de 2021.

PIÊN-PR

Ketlen Aline Reck
Presidente

PIÊN-PR

Gisseli da Cruz
Secretária

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN
Rua Rocha, 181, sala 01 - Centro - Piên - Paraná - Tel.: (41) 3632-2489
consulte selo digital em: www.funarpen.com.br

1810524CVAA0000000461521X

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: KETLEN ALINE RECK e GISSELI DA CRUZ do que dou fé. Em testm da verdade.

Piên, 08 de julho de 2021
0006674|001-000004171|

Kassiane Roberta Melenek - Escrevente

CARTÓRIO DISTRITAL DE PIÊN-PR
Rua [illegible] Sala 01 - Centro
3632-2489

Mauricio da Cruz
Advogado
OAB/PR 49376

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

ANEXO IV DECLARAÇÃO CONTENDO O NOME DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE E PERÍODO DE ATUAÇÃO

(Em atendimento ao disposto no Art. 34, VI, da Lei nº 13.019/2014)

56

Eu Ketlen Aline Reck, inscrita no CPF nº 076.455.359-38, diretora da entidade Movimento independente pelos animais - MIA, inscrita no CNPJ nº 43.406.722/0001-53, apresento abaixo a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, cujo período de atuação é de 31/01/2021 a 31/01/2025, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles:

Nome	Endereço	RG	Orgão Exp.	CPF
KAYLAINE CAROLINE DE SOUZA DE OLIVEIRA	Rua Gramados nº 60 - Bairro Centenário - São Bento do Sul-SC	170770521	SSP-PR	138.328.629-94
LUDGERO WOTROBA MANDRIK	Rua Manaus nº 308 -Centro - Piên - PR	9.307.865-0	SSP-PR	029.905.359-85
C)A CRUZ	Rua São Paulo nº 56 - Centro -Piên - PR	6.853.095-4	SSP-PR	041.808.249-90
F) FLORENCIANO	Rua São Paulo nº 56 - Centro -Piên - PR	7.979.296-9	SSP-PR	037.613.619-71
GABRIELLE LIEBL	Rua Aviador Harry Bollmann,nº 390 Apartamento nº 5, Bairro Rio Negro - São Bento do Sul -SC	5.344.567	SSP-SC	107.247.569-30
GIOVANNA MENDES DOMINGOS	Rua Tocantins nº 557 - Centro - Piên - PR	10.464.495-3	SSP-PR	089.250.909-02
DENISE APARECIDA FORTESKI CORDEIRO	Rua Manaus nº 405 -Centro - Piên - PR	10.771.476-6	SSP-PR	069.499.709-94
PRISCILA BOPP SALIM	Rua Professor Rufino Blaszkowski, S/Nº - Bateias de Baixo - Campo Alegre - SC	12.313.835-0	SSP-PR	081.440.179-19
DJULIA APARECIDA GIESE	Rua Bahia nº123 -Centro - Piên - PR	123921348	SSP-PR	105.868.999-10
AMANDA DE FÁTIMA PTASZEK	Rua Principal S/Nº - Bairro Gramados - Piên - PR	14.653.252-7	SSP-PR	092.842.599-16

Piên/PR, 22 de Janeiro de 2024.

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA

CNPJ Nº: 43.406.722/0001-53

FINALIDADE DA CERTIDÃO: **RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE**

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEGUINTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 09/02/2024, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná ná

Código de controle **4281.YMTP.8469**
Emitida em **11/12/2023** às **13:30:13**

Dados transmitidos de forma segura.

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.22/2024

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 22/2024

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA

PROTOCOLO nº	**CNPJ nº** 43.406.722/0001-53	**Inscrição Municipal nº** 23281

ENDEREÇO

AVENIDA PARANA, 894 - TRIGOLANDIA CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Atividades associativas não especificadas anteriormente

Documento emitido em: Piên, 08 de Janeiro de 2024 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 07/02/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Chave para validação: **4HHJ5UFFH5JZXM8RMR8**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

A presente certidão foi emitida pelo site https://www.pien.pr.gov.br/, através do sistema informatizado da

CERTIDÃO LIBERATÓRIA Nº 002/2023

Movimento Independente pelos Animais - MIA

CNPJ 43.406.722/0001-53

Período de apuração: Exercício 2023
Finalidade da Certidão: CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE COM AS PRESTAÇÕES DE CONTAS COM O MUNÍCIPIO DE PIÊN/PR

Certificamos na forma da Resolução nº 28/2011 de 06/10/2011 e Instrução Normativa 61/2011 do Tribunal de contas do Estado do Paraná, considerando também o disposto da Lei 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015 bem como considerando o decreto municipal 214/2017 que a CERTIFICO, na forma do art. 3º, V da Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que o ***Movimento Independente pelos Animais - MIA,***
CNPJ 43.406.722/0001-53, *está em situação* **REGULAR** *em relação aos termos do art. 25 § 1º, inciso IV, alínea a da lei complementar 101/2000 de 04 de maio de 2000.*

Certidão emitida em 11/12/2.023
Válida até 10/02/2.024

Fornecimento gratuito.

CRISTIANO QUADROS
MATRÍCULA 104833 - Contador

Marina R. P. Marinho

MARINA R. P. MARINHO
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:04:39 do dia 07/11/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/05/2024.
Código de controle da certidão: **DE2A.87F5.03F3.0779**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032627145-66

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **43.406.722/0001-53**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 10/05/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (11/01/2024 10:14:39)

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.406.722/0001-53
Razão Social: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS
Endereço: AV PARANA / TRIGOLANDIA / PIEN / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/01/2024 a 30/01/2024

Certificação Número: 2024010102180409880088

Informação obtida em 08/01/2024 14:57:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 43.406.722/0001-53
Certidão nº: 62132443/2023
Expedição: 07/11/2023, às 10:09:46
Validade: 05/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.406.722/0001-53, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1.468, DE 20 DE JUNHO DE 2022.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Origem: Projeto de Lei nº 013/2022

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, o Movimento Independente pelos animais – MIA, associação sem fins lucrativos, com sede no Município de Piên, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ nº 43.406.722/0001-53.

Art. 2º Cessarão os efeitos da Declaração de Utilidade Pública, caso a entidade:
I – substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços neles compreendidos;
II – alterar a sua denominação e, dentro de noventa dias contados da averbação no Registro Público, não comunique a ocorrência ao departamento competente da Prefeitura Municipal de Piên.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 20 de junho de 2022.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finaças

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 39º, III, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

DECLARAÇÃO

O Movimento independente pelos animais - MIA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 43.406.722/0001-53, com sede na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860000, fone para contato: 41 9.9665-4273 por intermédio de seu representante legal, a Sra. Ketlen Aline Reck, brasileira, estudante, solteira , portadora do RG nº9.110.268-4 , inscrita no CPF sob nº076.455.359-38, DECLARA, para os fins do ART. 39º, III, DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, sob as penas da lei, que nenhum dos dirigentes ou controladores da requerente é:

a) membro do Poder Executivo do Município de Piên, nem seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

b) servidor público vinculado ao Município de Piên, nem seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

Piên/PR, 18 de dezembro de 2023.

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, GERENCIAL E OPERACIONAL PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.

(Em atendimento ao disposto na alínea "c", inciso V, do art. 33, da Lei 13.019/2014)

O Movimento independente pelos animais - MIA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 43.406.722/0001-53, com sede na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860000, fone para contato 41 9.9665-4273, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.468, de 20 de Junho de 2022, neste ato representada pelo sua Diretora , Sra. Ketlen Aline Reck, brasileira, estudante, solteira , portadora do RG nº 9.110.268-4 , inscrita no CPF sob nº 076.455.359-38, residente e domiciliado na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860-000, DECLARA para os devidos fins e sob as penas da lei, que dispõe de instalações, condições materiais, estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica, operacional e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, conforme documentos anexos.

Piên/PR, 18 de dezembro de 2023.

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Movimento independente pelos animais - MIA, pessoa jurídica de direito (público ou privado), inscrita no CNPJ nº43.406.722/0001-53, com endereço na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860000, fone para contato 41 9.9665-4273, por intermédio de seu reprentante legal,Sra. Ketlen Aline Reck, portadora da Carteira de Identidade nº 9.110.268-4 e do CPF nº 076.455.359-38, DECLARA, sob as penas da lei, que o endereço acima citado, é utilizado apenas como endereço fiscal e/ou de correspondência, não sendo o mesmo necessário à execução do objeto desta entidade.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

Piên, 18 de dezembro de 2023

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

68

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Movimento independente pelos animais - MIA, pessoa jurídica de direito (público ou privado), inscrita no CNPJ nº43.406.722/0001-53, com endereço na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860000, fone para contato 41 9.9665-4273, por intermédio de seu reprentante legal,Sra. Ketlen Aline Reck, portadora da Carteira de Identidade nº 9.110.268-4 e do CPF nº 076.455.359-38, DECLARA, sob as penas da lei, que o endereço acima citado, é utilizado apenas como endereço fiscal e/ou de correspondência, não sendo o mesmo necessário à execução do objeto desta entidade.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

Piên, 18 de dezembro de 2023

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023

PROCESSO Nº 3479/2023

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE EXISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA PRÉVIA

(Em atendimento ao disposto na alínea "a" e "b", inciso V, do art. 33, da Lei 13.019/2014.)

O Movimento independente pelos animais - MIA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 43.406.722/0001-53, com sede na Avenida Paraná, 894 – bairro Trigolândia, Município de Piên/PR, CEP: 83860000, fone para contato: 41 9.9665-4273 por intermédio de seu representante legal, a Sra. Ketlen Aline Reck, brasileira, estudante, solteira , portadora do RG nº9.110.268-4 , inscrita no CPF sob nº076.455.359-38, DECLARA, para os fins que:

a) Possui 2 anos e 5 meses de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Possui experiência prévia de 5 anos aproximadamente, na realização das atividades, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.

Piên/PR, 18 de dezembro de 2023.

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

Requerimento para registrar a Ata da Assembleia Geral Extraordinária do MIA

Ilustríssima Sra. Oficial do Cartório de Registro Civil de Rio Negro Carmen Lúcia Bley Martins.

Prezada Senhora Carmen Lúcia Bley Martins, o MIA – Movimento Independente pelos Animais, inscrita no CNPJ sob o n° 43.406.722/0001-53, localizada no endereço Avenida Paraná, 894, Bairro Trigolândia, Piên-PR, representada por sua Presidente Ketlen Aline Reck, na forma do estatuto social, requer a Vossa Senhoria o registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09/01/2024.

Termos em que,

Requer Deferimento.

Piên-PR, 22 de janeiro de 2024.

PIÊN-PR

Ketlen Aline Reck

Ketlen Aline Reck

Presidente

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN
Rua Bahia, 181, sala 01 - Centro - Piên - Paraná - Tel.: (41) 3632-2489
consulte selo digital em: www.funarpen.com.br
SFTN1.aGvEb.seadY-3MWD6.1052q
Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s) de: KETLEN ALINE RECK do que dou fé. Em test° _____ da verdade.
Piên, 29 de janeiro de 2024
00058994(001-000024560)
Elaine do Rocio Bueno Franco - Escrevente Substituta

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN-PR
Rua Bahia, 181
Sala 01 Centro
(41) 3632-2489
COMARCA DE RIO NEGRO/PR

CARMEN L. BLEY MARTINS
Oficial
Registro Civil, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
ELIANE CRISTINA LESKI MATOSO
Substituta
Avenida Saturnino Olinto, 1945
Rio Negro - Estado do Paraná
Cep 83880-000 Tel/Fax:(0xx47)3642-5015

Selo de Autenticidade
nº SFTD4Vvto4moaneNGVDz1054q

Consulte esse selo em
http://horus.funarpen.com.br/consulta

ASSOCIAÇÃO "MIA - MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS"
CNPJ: 43.406.722/0001-53

72

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO "MIA - MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS "– CNPJ: 43.406.722/0001-53, com sede na Avenida Paraná n.894 bairro Trigolândia, Piên-PR através de sua Diretoria, devidamente representada por sua Presidente Sra. Ketlen Aline Reck, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para Assembleia Geral que será realizada na sede da Associação, às 18horas00min., do dia 09 de janeiro de 2024, com a seguinte ordem:

- "alteração de membro da diretoria e membro do conselho fiscal"

A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação às 18h00 (dezoito horas) com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

Piên/PR, 27 de dezembro de 2023.

PIÊN-PR

Ketlen Aline Reck

KETLEN ALINE RECK
Presidente

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN-PR
Rua Bahia, 181
Sala 01 Centro
(41) 3632-2489
COMARCA DE RIO NEGRO/PR

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN
Rua Bahia, 181, sala 01 - Centro - Piên - Paraná - Tel.: (41) 3632-2489
consulte selo digital em: www.funarpen.com.br

SFTN1.aGeEb.seadY-tM9D6.1052q

Reconheço como VERDADEIRA a(s) firma(s) de KETLEN ALINE RECK do que dou fé. Em test° _____ da verdade.

Piên, 29 de janeiro de 2024
0005B994(001-000024551)
Elaine do Rocio Bueno Franco - Escrevente Substituta

CARMEN L. BLEY MARTINS
Oficial
Registro Civil, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
ELIANE CRISTINA LESKI MATOSO
Substituta
Avenida Saturnino Olinto, 1945
Rio Negro - Estado do Paraná
Cep 83880-000 Tel/Fax:(0xx47)3642-5015

Selo de Autenticidade
nº SFTD4Vvto4moaneNGVDz1054q

Consulte esse selo em
http://horus.funarpen.com.br/consulta

À ASSOCIAÇÃO MIA- MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS

74

Eu, Daiana dos Santos, brasileira, estado civil solteira, servidora pública, portadora do R.G. 584.146-7 SSP-SC, inscrita no CPF: 077.352.289-10, residente e domiciliada no endereço Rua Carlos Weiss, s/n, Bairro Poço Frio, no município de Piên, Paraná, CEP:83860-000, venho através da presente manifestar meu interesse de desligamento do quadro de membros da diretoria da associação MIA, por motivos de ordem particular.

Dessa forma, requeiro a partir da presente data a exclusão de meu nome do quadro de diretoria da Associação MIA- MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS.

Piên, 06 de dezembro de 2023.

PIÊN-PR Daiana Santos

Daiana dos Santos

R.G. 584.146-7 SSP-SC

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN-PR Rua Bahia, 181 Sala 01 Centro (41) 3632-2489 COMARCA DE RIO NEGRO/PR

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN
Rua Bahia, 181, sala 01 - Centro - Piên - Paraná - Tel.: (41) 3632-2489
consulte selo digital em: www.funarpen.com.br

Selo nº SFTN1NG87bsmaaDEW4DA1052q
Consulte esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por verdadeira a assinatura de DAIANA SUELI DOS SANTOS. Dou fé. Emol.: R$12,07(VRC 43,60). Funrejus: R$3,02. Selo: R$1,00. FUNDEP: R$0,60. ISSQN: R$0,36. Total: R$17,05. Piên-PR, 01 de fevereiro de 2024.
Em Testº _____ da Verdade

Elaine do Rocio Bueno Franco-Escrevente Substituta

CARMEN L. BLEY MARTINS
Oficial
Registro Civil, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
ELIANE CRISTINA LESKI MATOSO
Substituta
Avenida Saturnino Olinto, 1945
Rio Negro - Estado do Paraná
Cep 83880-000 Tel/Fax:(0xx47)3642-5015

Selo de Autenticidade
nº SFTD4Vvto4moaneNGVDz1054q

Consulte esse selo em
http://horus.funarpen.com.br/consulta

ASSOCIAÇÃO "MIA - MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS "
CNPJ: 43.406.722/0001-53

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE MEMBRO DA DIRETORIA E MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do MIA - MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS realizada às 18h00min. do dia 09 (nove) do mês de janeiro de 2024, em sua sede na Avenida Paraná n.894 bairro Trigolândia, Piên-PR, em primeira convocação.
A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número suficiente de membros.
Para secretariar e redigir os trabalhos a Sra Presidente Ketlen Aline Reck designou a Sra. Primeira Secretária Gisseli da Cruz.
Dando início aos trabalhos, foi lida a pauta da reunião que foi a seguinte: Alteração de membros da Diretoria;
Foi deliberado o assunto da pauta (alteração de membro da diretoria e membro do conselho fiscal) que resultou, depois da leitura e deliberação e esclarecidas algumas dúvidas, na sua aprovação unânime.
A aprovação da alteração dos membros se deu com base nos critérios do Estatuto vigente, permanecendo em vigor os demais integrantes e a substituição é pelo período restante do mandato.
A pedido da Sra. Daiana dos Santos CPF 077.352.289-10 a deliberação excluiu seu nome da diretoria sendo deliberado por unanimidade de votos o nome da Sra. Djulia Aparecida Giese, brasileira, estado civil solteira, auxiliar administrativo, portadora do R.G. 123921348 SSP-PR, inscrita no CPF: 105.868.999-10 residente e domiciliada no endereço Rua Bahia,123, bairro Centro, no município de Piên -Paraná.
Prosseguindo os trabalhos, foi deliberada a escolha de novo membro do conselho fiscal, sendo eleita por unanimidade Kaylaine Caroline Souza de Oliveira brasileira, estado civil solteira, tosadora, portadora do R.G.170770521, inscrita no CPF: 138.328.629-94, residente e domiciliada no endereço Rua Gramados, 60, bairro Centenário, no município de São Bento do Sul-Santa Catarina, haja vista que a Sra. Marly Ferreira de Melo Coelho (até então conselheira fiscal) não reside mais no Município de Piên, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Os demais integrantes da Diretoria e Conselho fiscal permanecem os mesmos.
Nada mais a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a todos e encerrou os trabalhos da assembleia.
Estando em conformidade pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião, lavrou-se esta ata.

PIÊN-PR

Ketlen Aline Reck
CPF: 076.455.359-38
Presidente

Djulia Aparecida Giese
CPF: 105.868.999-10
1 º Vice-Presidente

Ludgero Wotroba Mandrik
CPF: 029.905.359-85
2 º Vice-Presidente

Gisseli da Cruz
CPF: 041.808.249-90
1 º Secretária

Gabrielle Liebl
CPF: 107.247.569-30
2 º Secretária

Patrício Florenciano Diaz
CPF: 037.613.619-71
1 º Tesoureiro

Giovanna Mendes Domingos
CPF: 089.250.909-02
2 º Tesoureiro

Priscila Bopp Salim
CPF: 081.440.179-19
Conselheira Fiscal

Denise Aparecida Forteski Cordeiro
CPF: 069.499.709-94
Conselheiro Fiscal

Amanda de Fátima Ptaszek
CPF: 092.842.599-16
Conselheira Fiscal Suplente

Kaylaine Caroline Souza de Oliveira
CPF: 138.328.629-94
Conselheiro Fiscal

CARMEN L. BLEY MARTINS
Oficial
Registro Civil, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
ELIANE CRISTINA LESKI MATOSO
Substituta
Avenida Saturnino Olinto, 1945
Rio Negro - Estado do Paraná
Cep 83880-000 Tel/Fax:(0xx47)3642-5015

Selo de Autenticidade
nºSFTD4Vvto4moaneNGVDz1054q

Consulte esse selo em
http://horus.funarpen.com.br/consulta

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN-PR
Rua Bahia, 181
Sala 01 Centro
(41) 3632-2489
COMARCA DE
RIO NEGRO/PR

SERVIÇO DISTRITAL DE PIÊN
Rua Bahia, 181, sala 01 - Centro - Piên - Paraná - Tel.: (41) 3632-2489
consulte selo digital em: www.funarpen.com.br

Selo nº SFTN1NG47bsmaaDpWuDA1052q
Consulte esse selo em https://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por verdadeira a assinatura de KETLEN ALINE RECK. Dou fé. Emol.: RS12,07(VRC 43,60), Funrejus: RS3,02, Selo: RS1,00, FUNDEP: RS0,60, ISSQN: RS0,36. Total: RS17,05. Piên-PR, 01 de fevereiro de 2024.
Em Test° _____ da Verdade
Elaine do Rocio Bueno Franco-Escrevente Substituta

LISTA DE PRESENÇA

Da Assembleia Geral Extraordinária do MIA - MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS realizada às 18h00min. do dia 09 (nove) do mês de janeiro de 2024, em sua sede na Avenida Paraná n.894 bairro Trigolândia, Piên-PR.

Ketlen Aline Reck
CPF: 076.455.359-38

Djulia Aparecida Giese
CPF: 105.868.999-10

Ludgero Wotroba Mandrik
CPF: 029.905.359-85

Gisseli da Cruz
CPF: 041.808.249-90

Gabrielle Liebl
CPF: 107.247.569-30

Patrício Florenciano Diaz
CPF: 037.613.619-71

Giovanna Mendes Domingos
CPF: 089.250.909-02

Priscila Bopp Salim
CPF: 081.440.179-19

Denise Aparecida Forteski Cordeiro
CPF: 069.499.709-94

Amanda de Fátima Ptaszek
CPF: 092.842.599-16

Kaylaine Caroline Souza de Oliveira
CPF: 138.328.629-94

Apresentado em 02/02/2024
Protocolo nº **0029082**
Registrado sob nº **0004435**
fls. **293, Livro nº A-064**
de Registro de Pessoas Jurídicas
Rio Negro (PR), 02 de fevereiro de 2024

Eliane Cristina Leski Matoso
Substituta

Emolumentos: R$83,10(VRC 3,00)
Funrejus: R$11,07, ISSQN: R$2,62,
FUNDEP: R$4,36, Selo: R$5,25,
Distribuidor: R$10,60 , Digitalização:
R$4,15. Total: R$121,15
Averbado no reg.4435, Livro A-059PJ

CARMEN L. BLEY MARTINS
Oficial
Registro Civil, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
ELIANE CRISTINA LESKI MATOSO
Substituta
Avenida Saturnino Olinto, 1945
Rio Negro - Estado do Paraná
Cep 83880-000 Tel/Fax:(0xx47)3642-5015

Selo de Autenticidade
nºSFTD4Vvto4moaneNGVDz1054q

Consulte esse selo em
http://horus.funarpen.com.br/consulta

PIÊN
PREFEITURA

Departamento de Licitações e Compras

PROTOCOLO Nº 2263/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: Celebração de parceria por meio de termo de fomento – Movimento Independente pelos animais (MIA)

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 59.999,30 (cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

07.002.20.606.0008.2017.33.50.41.00.00 conta 1740 Secretaria Agricultura e Meio Ambiente 80% 11.001.10.301.0014.2034.33.50.41.00.00 conta 3930 Secretaria de Saúde 20%

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 24/01/2024 às 13:50 hrs R$ 62.000,00 19.000,00
(X) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
24/01/24

7) RECURSOS FINANCEIROS:
(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023

24/01/24

Prefeitura de PIÊN

Secretaria de Administração e Finanças
Assessoria de Licitações e Contratos

1

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

PROTOCOLO Nº 2263/2024

OBJETO Celebração de parceria por meio de termo de fomento com o Movimento Independente pelos animais (MIA)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21

O presente termo de referência se submete integralmente a Lei n 8.666/93

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
Considerando o Chamamento Público nº 08/2023 e em atendimento à ·Lei n° 13.019/2014 e suas alterações, com fulcro no caput do art. 31, justificamos a referida solicitação para a Celebração de parceria por meio de termo de fomento para repasse de recursos financeiros a Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%), cujo o objetivo é Proteção e Cuidados aos Animais de rua abandonados..

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.
[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.
[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.
Piên, 24 de janeiro de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

82

Protocolo: 2263/2024

Assunto: "*Celebração de parceria por meio de termo de fomento com o Movimento Independente pelos animais (MIA)*".

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parecer Jurídico

I. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela assessoria de licitações e contratos para abertura de processo de inexigibilidade para "*Celebração de parceria por meio de termo de fomento com o Movimento Independente pelos animais (MIA)*".

O processo veio acompanhado do requerimento, termo de referência, estatuto da entidade, ata de assembleia geral, plano de trabalho, certidões de regularidade fiscal e trabalhista, certidão liberatória n.º 002/2023, e informações financeiras e orçamentárias.

II. Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição, porém o próprio comando Constitucional citado já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

Sendo assim, o legislador constitucional já previu que existem situações excepcionais em que mesmo que haja a possibilidade de realizar a concorrência entre licitantes, dadas as circunstâncias ou os custos da licitação, a regra do dever de licitar é dispensada (ou dispensável), conforme o art. 75 da Lei nº 14.133/21, sempre mediante justificativa.

No entanto, a mesma Lei de Licitações prevê outra exceção ao dever de licitar que se dá quando a concorrência não puder ser realizada e, nestes casos, aplica-se então a "regra da inexigibilidade", constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que a licitação "É inexigível a licitação quando inviável a competição".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, I, da Lei 14.133/21, que:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
> (...)

Para além disso, conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, ficou definido novas regras para a celebração de parcerias, nas quais o Poder Público e as organizações da sociedade civil cooperam para alcançar um interesse comum de finalidade pública. Essa lei reconhece que as parcerias aproximam as políticas públicas das pessoas e das realidades locais possibilitando a solução de problemas sociais

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

específicos de forma criativa e inovadora, conforme disposto na Lei 13.019/2014, no art. 2º, inciso III, dispõe que:

83

> Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
> (...)
> III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;
> (...)

Desse modo, compulsando os autos do procedimento administrativo, verificamos que foram atendidos os requisitos dos artigos 34 e 35 da Lei 13.019/2014, de forma que do ponto de vista dessa legislação não existe óbice a formalização da referida parceria através do termo de fomento.

De outro giro, a Lei de Licitações estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor de contabilidade, atendendo, especialmente, o disposto no inciso III, §2º do art. 7º da Lei de Licitações.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário, vejamos:

> **Contratação direta ilegal**
> Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Pelos argumentos aqui elencados, bem como em decorrência do chamamento público de n.º 08/2023 entendemos ser possível a realização da parceria, desde que formalizado o termo de fomento respectivo, bem como acompanhado o desembolso e execução do projeto nas atividades descritas no plano.

P 4

III. Conclusão

Neste sentido, concluímos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante disso, opinamos pela legalidade da formalização do termo de fomento, através de inexigibilidade de licitação, com base no permissivo legal expresso no inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/21, observada a devida justificativa e o cumprimento de todos os procedimentos do art. 33 ao art. 38, da Lei 13.019/2014.

IV. Recomendação

- proceda divulgação em sítio eletrônico oficial do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 72, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Este parecer tem caráter meramente opinativo quanto aos contornos de legalidade deste procedimento administrativo, cabendo o julgamento político de conveniência e oportunidade do ato autoridade que se destina.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 24 de janeiro de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO N° 2263/2024

85

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2024

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74°, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Solicitação de Celebração de parceria por meio de termo de fomento- MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA, conforme Chamada Pública 008/2023

PESSOA JURÍDICA: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
VALOR: R$ 59.999,30 (cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos)

Dotação Orçamentária:

07.002.20.606.0008.2017.33.50.41.00.00 conta 1740 Secretaria Agricultura e Meio Ambiente 80%
11.001.10.301.0014.2034.33.50.41.00.00 conta 3930 Secretaria de Saúde 20%

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 24 de janeiro de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

86

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 006/2024,** que tem como objeto a Solicitação de Celebração de parceria por meio de termo de fomento movimento independente pelos animais – MIA em favor do proponente **MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA - CNPJ: 43.406.722/0001-53** no valor total de R$ 59.999,30 (cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos) com base no caput do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 2263/2024

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

87

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 006/2024

PROTOCOLO: 2263/2024

Objeto: Solicitação de Celebração de parceria por meio de termo de fomento- MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA, conforme Chamada Pública 008/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
VALOR: R$ 59.999,30 (cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos)

AUTORIZAÇÃO 24/01/2024

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:A1649B95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 006/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 006/2024

PROTOCOLO: 2263/2024

Objeto: Solicitação de Celebração de parceria por meio de termo de fomento- MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA, conforme Chamada Pública 008/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS – MIA
CNPJ: 43.406.722/0001-53
VALOR: R$ 59.999,30 (cinquenta e nove mil e novecentos e noventa nove reais e trinta centavos)
AUTORIZAÇÃO 24/01/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:AE0B324D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 050, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

DECRETO N° 050, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

NOMEIA FERNANDO EDERSON LANG para ocupar O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Area de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor **Fernando Ederson Lang** portador do CPF nº 091.623.529-70 classificado em 9º lugar, para ocupar o cargo de **Motorista**, a contar de 06 de fevereiro de 2024, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 05 de fevereiro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:9AE5B91D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 007/2024

PROTOCOLO: 2198/2024

88

Objeto: Solicitação de Celebração de parceria por meio de termo de fomento- Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên - ACCCP, conforme chamada pública 008/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PIÊN - ACCCP
CNPJ: 08.658.378/0001-99
VALOR: R$ 17.320,00 (dezessete mil e trezentos e vinte reais)
AUTORIZAÇÃO 24/01/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:8BAEBC2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 051, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

DECRETO N° 051, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

NOMEIA ELITON GONÇALVES RIBEIRO para ocupar O CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE MÁQUINA

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Area de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor **Eliton Gonçalves Ribeiro** portador do CPF nº 092.764.369-36 classificado em 5º lugar, para ocupar o cargo de **Operador de Máquina**, a contar de 06 de fevereiro de 2024, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 05 de fevereiro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:7479D11C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 008/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 008/2024

PROTOCOLO: 2232/2024

Objeto: Contratação de serviços de franquia para troca do vidro dianteiro do veículo GOL 1.6 MSI 8V (TOTALFLEX) 4P

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2024
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2263/2024
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2023

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A ENTIDADE MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS ANIMAIS - MIA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado **Município de Piên**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Amazonas, nº 373, Centro, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. Maicon Grosskopf,** portador do RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, o **MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS ANIMAIS - MIA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.406.722/0001-53, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Avenida Paraná, nº 894, Trigolândia, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 99665-4273, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1468, de 20 de junho de 2022, neste ato representada pela sua Presidente Sra Ketlen Aline Reck, brasileira, portadora da CI nº 9.110.268-4 SSP-PR, inscrita no CPF sob nº 076.455.359-38, residente e domiciliado na Avenida Paraná, nº 894, Trigolândia, em Piên, Estado do Paraná, doravante denominada **PROPONENTE**, celebram o presente **TERMO DE FOMENTO**, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações posteriores, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Decreto Federal nº 8.726/2016 e no Decreto Municipal nº 214/2017, nas condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto:

Formalização de parceria entre o município de Piên e o Movimento Independente dos Animais – MIA referente ao Chamamento Público 008/2023 para Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e conforme Plano de Trabalho anexo a este termo.

Parágrafo único: Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela entidade e aprovado pelo **CONCEDENTE**, que passa a integrar este Termo de Fomento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do CONCEDENTE:

1. Fornecer os recursos para execução do objeto pactuado;

2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente TERMO DE FOMENTO;
3. Emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, considerando inclusive a prestação de contas por parte da PROPONENTE;
4. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, em conta bancária específica indicada pela entidade PROPONENTE;
5. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
6. Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Piên;
7. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site da Prefeitura Municipal;
8. Prorrogar, de ofício, a vigência do presente convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período de atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **PROPONENTE** esteja adimplente com suas obrigações e condições de habilitação;
9. Avaliar, junto aos representantes da **PROPONENTE,** a execução dos objetivos deste TERMO DE FOMENTO;
10. Atestar, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, que a **PROPONENTE** dispõe de satisfatórias condições físicas e operacionais de funcionamento;
11. Exigir da **PROPONENTE** a prestação de contas na forma contábil, correspondente à última parcela recebida, de acordo com o cronograma de execução;
    a) Havendo pendência da prestação de contas da última parcela liberada, será permitida a liberação da parcela seguinte, conforme previsto no cronograma de execução, apenas no caso de apresentação de justificativa fundamentada e aceita pelo Município.
12. Comunicar à **PROPONENTE** acerca de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos referentes ao presente convênio ou outras pendências de ordem técnica, suspendendo a liberação de recursos pelo prazo estabelecido para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período;
13. Em caso de não satisfação das pendências de que cogita o item anterior, apurar eventuais danos e comunicar o fato à **PROPONENTE** para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;
14. Quando constatada a má aplicação dos recursos públicos que houverem sido transferidos, instaurar a competente Tomada de Contas Especial.

II – São obrigações da PROPONENTE:

1. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente TERMO DE FOMENTO;
2. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
3. Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE,** bem como de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da **PROPONENTE;**
4. Inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante;
5. Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
6. Se responsabilizar, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TERMO DE FOMENTO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, ou qualquer oneração do objeto da parceria ou ainda por qualquer restrição à sua execução.
7. Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
8. Identificar o número do presente TERMO DE FOMENTO no corpo dos documentos de despesas;
9. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações relativas à parceria celebrada com o poder público;
10. Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;
11. Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante contratação de

profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, sendo vetada a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

12. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e custos previstos;

13. Apresentar comprovação de existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações relacionadas ao recurso do presente termo nesta conta bancária;

14. Não realizar pagamentos, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

15. Não modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;

16. Não realizar despesa em data anterior ao início da vigência da parceria;

17. Não efetuar pagamento em data posterior ao término da vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

18. Não realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;

19. Não realizar despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

20. Não realizar despesas com obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

21. Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes e rendimentos, decorrentes das aplicações correspondentes ao presente TERMO DE FOMENTO;

22. Efetuar cotações e pesquisas de preços, em atendimento ao princípio da economicidade, mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;

23. Manter-se adimplente com o poder público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter sua regularidade fiscal, perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

24. Comunicar o **CONCEDENTE** quanto à substituição dos responsáveis pela proponente, assim como alterações em seu estatuto, bem como enviar cópia da ata de eleição do quadro

dirigente atual;

25. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica da execução dos serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos, diretrizes, ações e atividades dos programas específicos relacionados ao objeto, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela comunidade beneficiária, das benesses inerentes ao objeto conveniado;

26. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado com os investimentos decorrentes deste convênio, quando for o caso;

27. Dispor de atendimento aberto ao público em geral sobre os assuntos relativos aos objetivos desta parceria, sempre prévia e amplamente divulgado através dos meios de comunicação disponíveis;

28. Informar o Município sobre quaisquer problemas verificados na execução da presente parceria;

29. Atender as recomendações, exigências e determinações do Município e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo;

30. Aplicar o saldo da parceria, enquanto não empregados em sua finalidade, em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês.

31. As receitas financeiras auferidas conforme o item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito da parceria e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar dos demonstrativos específicos que integrarão as prestações de contas;

32. Se responsabilizar, de forma exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

33. Observar, no que couber, todas as exigências da Lei Federal nº 13.019/14 e na Resolução nº 28/2011-TCE/PR e suas alterações, bem como na Instrução Normativa nº 61/2011-TCE/PR, no que estas não conflitarem a Lei Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste TERMO DE FOMENTO, no presente exercício, o **CONCEDENTE** transferia à **PROPONENTE,** de acordo com o cronograma de execução, o valor de R$ 59.999,30 (cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

§ 1º As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

§ 2º Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica da parceria em instituição financeira indicada pela administração pública.

§ 3º Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 4º A administração pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

§ 5º O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo anterior somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pela administração pública responsável pela parceria.

§ 6º. O cronograma de desembolso deve ser seguido conforme previsão abaixo:

1ª parcela Fevereiro 2024	*2ª parcela Março/ 2024*	*3ª parcela Abril/2024*	*4ª parcela Maio/2024*	*5ª parcela Junho/2024*
R$ 5.999,93	*R$ 5.999,93*	*R$ 5.999,93*	*R$ 5.999,93*	*R$ 5.999,93*
6ª parcela Julho/2024	*7ª parcela Agosto/2024*	*8ª parcela Setembro/2024*	*9ª parcela Outubro/2024*	*10ª parcela Novembro/2024*
R$ 5.999,93	*R$ 5.999,93*	*R$ 5.999,93*	*R$ 5.999,93*	*R$ 5.999,93*

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para custeio do presente ajuste correrão à conta do Orçamento Municipal da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Saúde através das seguintes dotações orçamentárias:

07.002.20.606.0008.2017.33.50.41.00.00 conta 1740 Secretaria Agricultura e Meio Ambiente 80% 11.001.10.301.0014.2034.33.50.41.00.00 conta 3930 Secretaria de Saúde 20%

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência e execução do presente TERMO DE FOMENTO se inicia a partir de sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2024, a qual poderá ser prorrogada, através de termo aditivo.

§ 1º A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil/entidade, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

§ 2º A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

§ 3º Caberá ao Município providenciar a publicação do extrato do presente TERMO DE FOMENTO no órgão oficial de imprensa do Município de Piên, no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil/entidade deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no presente TERMO DE FOMENTO.

§ 2º A organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada.

§ 3º A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido no respectivo instrumento.

§ 4º Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil/entidade sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 5º O prazo referido no item anterior é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A administração pública está incumbida de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma do regulamento.

§ 1º Fica o (a) Sr. (a), Alexandre Forteski de Oliveira, integrante do quadro de pessoal efetivo do Município, portador (a) da matrícula 4765120, e Luciana Lubke matrícula 10861 designado (a) como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do presente Termo de Fomento.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada esfera de governo.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Fica a **PROPONENTE** obrigada a restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o tesouro do Município, quando:

1. Não for executado o objeto desta Parceria;
2. Não for apresentado, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
3. Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste TERMO DE FOMENTO;

Parágrafo único. Compromete-se, ainda, a **PROPONENTE,** a recolher à conta da concedente o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período

compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, ainda que não tenha feito a aplicação dos recursos.

CLÁUSULA NONA – DA PARALISAÇÃO OU DA OCORRÊNCIA DE FATOS RELEVANTES

O **CONCEDENTE** tem a prerrogativa de assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente TERMO DE FOMENTO poderá ser rescindido, conforme disposição do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, no que não contrariar o disposto na Lei Federal nº 13.019/14, conforme abaixo:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Constitui motivo para rescisão do presente TERMO DE FOMENTO o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo **CONCEDENTE** a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou ainda incorreção de informação em qualquer dos documentos apresentados.

§ 2º O presente ajuste poderá ser denunciado por qualquer das partes por descumprimento das obrigações enumeradas na cláusula segunda, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DE VALORES

O descumprimento de qualquer das obrigações por parte da entidade implica a imediata e automática retenção dos valores pelo Município, que somente os liberará depois de efetivamente cumpridas as obrigações apontadas pelo Município como não satisfeitas.

Parágrafo único. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;
II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;
III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

É vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados, sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.
É vedada também a celebração de parcerias previstas na Lei nº 13.019/2014 que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE

Conforme o artigo 73 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

Fazem parte do presente TERMO DE FOMENTO:

a) O Plano de Trabalho;

b) Todos os documentos constantes do Processo Administrativo nº Inexigibilidade 006/2024,

referente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023,** o qual deu origem a este Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

É competente o Foro da comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, para dirimir questões referentes ao presente ajuste.

E para constar, foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas adiante assinadas, em 02 (duas) vias de igual teor.

Piên/PR, 24 de janeiro de 2024

MAICON GROSSKOPF
PREFEITO
MUNICÍPIO DE PIÊN
CONCEDENTE

KETLEN ALINE RECK
MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS ANIMAIS - MIA
CONVENENTE

Testemunhas:
Nome: **Luciana Lubke**

Nome: **Carlos Augusto Magon**

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, em 07 de fevereiro de 2024.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliane Cristina Lavarda
Código Identificador:CE4C65D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 001/2024

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 004/2024
Vinculado ao Chamamento Público 008/2023

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PIÊN-AMA
CNPJ: 34.696.848/0001-19

VALOR TOTAL: R$ 96.480,00 (Noventa e seis mil quatrocentos e oitenta reais)
Sendo 9 (nove) parcelas mensais de R$ 10.720,00 (Dez mil setecentos e vinte reais)

Objeto: Formalização de parceria entre o município de Piên e a Associação de Pais e Amigos do Autista de Piên- AMA referente ao Chamamento Público 008/2023 para Secretaria de Educação.

Fiscal Administrativo: Luciana Lubke

Prazo de Vigência: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2024.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2024

Coordenação de Contratos.

Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:53CAB157

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 002/2024

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 005/2024
Vinculado ao Chamamento Público 008/2023

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DESPERTANDO ESTRELAS - ADE

CNPJ: 08.644.293/0001-51

VALOR TOTAL: R$ 79.953,93 (setenta e nove mil e novecentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

Sendo 9 parcelas mensais de R$ 8.883,77 (oito mil e oitocentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos)

Objeto: Formalização de parceria entre o município de Piên e a Associação Despertando Estrelas- ADE - referente ao Chamamento Público 008/2023 para a Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil.

Fiscal Administrativo: Luciana Lubke

Prazo de Vigência: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2024.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2024

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

100

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:4CAD4B48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 003/2024

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 006/2024
Vinculado ao Chamamento Público 008/2023

INSTITUIÇÃO: MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS ANIMAIS - MIA

CNPJ: 43.406.722/0001-53

VALOR TOTAL: R$ 59.999,30 (Cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

Sendo 10 parcelas mensais de R$ 5.999,93 (cinco mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)

Objeto: Formalização de parceria entre o município de Piên e o Movimento Independente dos Animais – MIA referente ao Chamamento Público 008/2023 para Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Fiscal Administrativo: Alexandre Forteski de Oliveira e Luciana Lubke

Prazo de Vigência: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2024.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2024

Coordenação de Contratos.

Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:570F8151

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 004/2024

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 007/2024
Vinculado ao Chamamento Público 008/2023

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PIÊN – RÁDIO CAIÇARA.

CNPJ: 08.658.378/0001-99

VALOR TOTAL: R$ 17.320,00 (dezessete mil e trezentos e vinte reais).
Sendo 10 parcelas mensais de R$ 1.732,00 (mil e setecentos e trinta e dois reais)

Objeto: Formalização de parceria entre o município de Piên e a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên -ACCCP referente ao Chamamento Público 009/2022 para Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

Fiscal Administrativo: Luciana Lubke

Prazo de Vigência: Se inicia a partir da data da assinatura do termo e termina em 31 de dezembro de 2024.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2024

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

101

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
1232/2024	Global	19/02/2024	855	70170

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	6/2024 de 24/01/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA	28402-5	43.406.722/0001-53

Endereço	Bairro
AVENIDA PARANA, 894	TRIGOLANDIA

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Piên/PR	83860-000	4196654273	Conta Corrente	104	4609-4	841-5

Classificação da despesa

07 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.002 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.0008.2017 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
3.3.50.41.30.00 DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA PROMOÇÃO GRATUITA DA SAÚDE
1740 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 62.000,00	**R$ 47.999,44**	R$ 14.000,56

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
26902	Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%).3		MES	1,0000	47.999,440	47.999,44

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	46578887/2023	04/03/2024
CERTIDÃO FGTS	2024020820214659346619	09/03/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	490C.1321.1544.64E7	21/04/2024

PARA PAGAMENTO DE 10 PARCELAS DE: R$5.999,92 / MÊS
SENDO: R$ 1.199,98 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E R$ 4.799,94 PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
ERÍODO: FEVEREIRO à NOVEMBRO DE 2024.
ISCAL: ALEXANDRE FORTESKI

Forma de pagamento: ATÉ 30 DIAS
Local de entrega: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE

CARLOS AUGUSTO MAGON

Equiplano

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

102

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
1233/2024	Global	19/02/2024	856	70170

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	6/2024 de 24/01/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
MOVIMENTO INDEPENDENTE PELOS ANIMAIS - MIA	28402-5	43.406.722/0001-53

Endereço	Bairro
AVENIDA PARANA, 894	TRIGOLANDIA

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Piên/PR	83860-000	4196654273	Conta Corrente	104	4609-4	841-5

Classificação da despesa

11 SECRETARIA DE SAUDE
11.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0014.2034 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.3.50.41.30.00 DEMAIS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR PARA PROMOÇÃO GRATUITA DA SAÚDE
3930 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)
Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 19.000,00	**R$ 11.999,86**	R$ 7.000,14

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
26902	Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos financeiros ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, conforme Chamada Pública nº 008/2023, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (80%) e Secretaria de Saúde (20%).3		MES	1,0000	11.999,860	11.999,86

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	46578887/2023	04/03/2024
CERTIDÃO FGTS	2024020820214659346619	09/03/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	490C.1321.1544.64E7	21/04/2024

PARA PAGAMENTO DE 10 PARCELAS DE: R$5.999,92 / MÊS
SENDO: R$ 1.199,98 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E R$ 4.799,94 PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
PERÍODO: FEVEREIRO à NOVEMBRO DE 2024.
FISCAL: ALEXANDRE FORTESKI

Forma de pagamento: ATÉ 30 DIAS
Local de entrega: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE

Mayara Grosskopf

MAYARA APARECIDA DE ALMEIDA GROSSKOPF